



Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes, Pedro Acácio dos Santos Soares, Maria da Graça Santos Andrade e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa de Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão), Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Meira, o Sr. Vice-Presidente, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes e Fernando Manuel Monteiro, este último em substituição do Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Miguel Jorge de Sena Augusto e Rui Manuel Higinio José, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, José Luís do Rosário Barão, António Manuel Baptista Dias, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 5 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Filipe Miguel Fidalgo Narciso, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Rúben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

1. N.º 6/2019 – Sessão extraordinária realizada a 08/11/2019

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2. N.º 7/2019 – Sessão ordinária realizada a 22/11/2019

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

3. N.º 1/2020 – Sessão extraordinária realizada a 17/01/2020

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

João Viegas (CDS-PP) – A primeira questão que queria colocar ao executivo prende-se com a demolição das habitações e outras construções na Quinta da Parvoíce. Bem sei que isto não é uma matéria diretamente relacionada com este executivo, mas seria importante percebermos. Recordo que na altura em que foi feita uma intervenção deste género, na Mecânica Setubalense, foi criado um grupo de trabalho envolvendo diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal. Por essa razão era importante perceber se este grupo de trabalho tinha sido criado, se a Câmara Municipal estava envolvida nesse grupo e qual o envolvimento da autarquia nesta questão bastante sensível?

A outra questão prende-se com o parque da Comenda. Na última sessão da Assembleia tive oportunidade de colocar a questão e foi-me respondido pelo senhor Vice-Presidente: “A Câmara Municipal estava a procurar um entendimento com os atuais proprietários”, por isso era importante perceber que desenvolvimentos temos sobre esta questão.

Carlos Batista (PS) – Na Assembleia do dia 17 de janeiro questionámos o executivo sobre a situação na Comenda. Foi-nos dito pelo senhor Vice-Presidente, que na altura também tinha pouca informação, mas adiantou que os representantes do proprietário para a utilização do parque da Comenda e do parque de estacionamento de Albarquel estavam disponíveis para que houvesse uma continuação do uso daqueles equipamentos. Tivemos conhecimento pela comunicação social que o executivo enviou uma proposta de protocolo aos representantes do proprietário para a utilização do parque da Comenda e do parque de estacionamento de Albarquel. Dado o interesse público e caso o executivo não venha a obter qualquer resposta, gostaríamos de saber qual seria a posição da Câmara face a uma posição negativa por parte do proprietário. Também queremos saber se nessa proposta de protocolo estava incluída a utilização da Capela de São Luís e o moinho dos escuteiros.

Vítor Rosa (BE) – Através de edital de 19 de fevereiro, o IHRU, invocando condições de segurança e de salubridade, informou os utilizadores do terreno junto à Quinta da Parvoíce, de uma operação de limpeza, de demolição e de restrição de acesso às habitações onde vivem estes utilizadores e suas famílias, prevista para o dia 24 de fevereiro. Face à oposição de diversas entidades com destaque para a intervenção da igreja através do Senhor Bispo de Setúbal, e de alguns partidos políticos, tal não veio a acontecer nesta data, mas sim, hoje. Este

local, é um espaço que pertence ao território do concelho sobre responsabilidade política e social da Câmara, talvez por falta de conhecimento ou quiçá, de má comunicação interna não tenha chegado a informação junto do executivo desta situação, só assim se poderá perceber, a sua ausência e falta de qualquer posição pública do executivo sobre esta matéria. Este não é um processo novo para o IHRU, nem para a autarquia, já que o mesmo se arrasta com conhecimento de todos á bastante tempo, criando expetativas junto de uma comunidade constituída por diversas famílias carenciadas, com crianças e adultos doentes e de fracos recursos financeiros; falamos de 14 casas onde vivem 40 pessoas incluindo adultos e crianças. Mais que os fundamentos legais invocados pelo IHRU, sobrepõem-se, em nossa opinião, questões de índole social a que o Governo através de IHRU e Segurança Social, bem como os autarcas locais não podem ficar alheios, ao ser colocado em causa, o direito constitucional de habitação e o direito Universal de ter condições de vida dignas. O IHRU, hoje, optou pura e simplesmente por tentar resolver, através da força, um problema que ajudou a criar, sem procurar o diálogo quer com a comunidade, quer com as entidades locais na procura de soluções concretas para o futuro desta comunidade, deixando a pairar no ar, o uso da força para uma segunda intervenção de eventual desalojamento. Esta é uma situação clara de precaridade social, em que aquilo que vemos no local após a intervenção desta manhã, são escombros das demolições efetuadas junto às portas de habitações frágeis, imagens que mais fazem lembrar um cenário de guerra a que assistimos frequentemente em noticiários televisivos. Esta é uma comunidade que precisa de todo o apoio de inclusão e de apoios sociais e empenho de todos responsáveis para a procura de soluções de condições de vida justas e dignas. Perguntamos, se o executivo, face a esta situação de precaridade social, já procurou junto de IHRU e Segurança Social, eventuais soluções para este problema, tendo em conta que na zona baixa a propriedade dos terrenos é da Câmara Municipal.

Colocámos aqui em última assembleia, a questão se o Executivo tinha sido informado pela APSS de resultados de monitorização das dragagens. Considerando que a Comissão Eventual de Acompanhamento, proposta pela CDU e com Presidente da Comissão indicado pela mesma força política, parece ter deixado de funcionar sem qualquer justificação, a última reunião da Comissão data de 05/12/2019 e as dragagens decorrem desde 13/12/2019, voltamos a questionar o Executivo se existe alguma informação sobre esta matéria?

Domingos Semedo (PS) – Na minha anterior intervenção, no período antes da ordem do dia não fui claro quanto ao tema da sobrelotação. Um dos casos é no forte da Bela Vista em que existe uma família constituída por cinco elementos, a viver apenas numa casa com dois quartos. Um dos elementos é uma criança com dez anos de idade, que ainda dorme num quarto com os seus pais. Como devem calcular é uma situação constringedora, quer para o casal quer para a criança, o que coloca determinadas questões aos pais, nomeadamente quando querem satisfazer determinadas necessidades, quando pretendem a ausência da criança no quarto. É uma situação que causa bastante preocupação e com a autorização do casal posso mencionar a morada: Forte da Bela Vista, lote 8, E16. O casal refere que a casa onde residem tem bastantes infiltrações, que acaba por prejudicar a saúde da família, principalmente da criança. A preocupação que desencadeia no meio disto é o nascimento de mais uma criança e um bebé recém-nascido não tem condições para viver numa casa com bastante bolor. A situação chave aqui é a sobrelotação, a casa em mau estado e a carecer de uma reparação. A reparação das casas sociais não pode ser só no exterior, também é muito importante no seu interior.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – O PSD tem recorrentemente alertado para os problemas de higiene pública existente no concelho e na cidade de Setúbal. A falta de limpeza e desinfeção do solo nas zonas envolventes nos locais onde se localizam os contentores de resíduos sólidos urbanos, têm vindo a agravar-se, constituindo um fator para o aumento de pragas. Também o facto da recolha dos resíduos sólidos urbanos não ser efetuada nos sete dias da semana, como por exemplo, não havendo a recolha na noite de sábado, contribui para o aumento do problema, pois os cidadãos não se coíbem de colocar o lixo na parte de fora dos contentores já cheios.

Foi-nos apresentada a preocupação relativa à falta de higienização dos contentores semienterrados Molok e os problemas que tal facto cria não só na sujidade da zona envolvente aquando do transporte do saco para o veículo da recolha, assim como os trabalhadores que têm de proceder para essa operação.

Manuel Fernandes (PS) – Foi tornado público através da comunicação social, que o multimilionário Sam Pitroda pretende construir em Setúbal a Cidade do Conhecimento, que chegou a acordo com bancos para financiar o megaprojeto, no mesmo sítio onde antes se previa fazer a Nova Setúbal. Pelo que veio a público foi firmado um acordo através de um protocolo com a autarquia, onde o empresário fica com a obrigação de pagar o plano estratégico, coordenar captação de investidores e promover o projeto. Pelo que lemos na imprensa, a Câmara Municipal de Setúbal faz depender a aprovação do Plano de Pormenor depois de garantida a viabilidade económica e financeira do projeto, facto com o qual concordo. Sabemos que foi criada uma equipa que junta pessoas do “*Pitroda Grup*” com pessoas da autarquia, para definirem em conjunto um “*Cluster*”, para a chamada Cidade do Conhecimento. Soubemos à posterior, que o mesmo empresário tem a intenção de criar mais duas Cidades do Conhecimento, uma no norte do país e outra na área Metropolitana de Lisboa, sem no entanto referir qual o concelho. Para já, tudo se encontra numa fase muito embrionária e certamente o executivo municipal pouco mais adiantará ao que já sabemos pela comunicação social, no entanto, existindo uma equipa conjunta, talvez seja oportuno perguntar: Quais e quantos profissionais do município ou em sua representação integram a equipa conjunta?

Tendo sido assinado um protocolo para o projeto, na mesma área do anterior projeto Nova Setúbal, onde existiam contrapartidas, nomeadamente relativas à reposição de sobreiros abatidos, pergunto: É possível saber se estão previstas algumas contrapartidas para este projeto, tendo em conta que o impacto da construção prevista abrange uma área de 180 hectares?

Suzel Costa (PAN) – A Câmara Municipal de Setúbal anunciou recentemente que está a usar um produto chamado “*Chikara*” em alternativa ao “*Glifosato*” no Bairro Salgado. Gostaria de saber se o mesmo está a ser utilizado antes ou depois de já terem surgido as infestantes que se pretendem controlar?

Esta pergunta do antes e do depois prende-se com o facto desta marca recomendar o uso do produto antes do surgimento, do aparecimento das infestantes que se pretende controlar, se for depois e para ser eficaz, ele terá que ser misturado com o “*Glifosato*”. Na fotografia que acompanha o anúncio na “*Setúbal Mais*”, o funcionário técnico da autarquia utiliza EPI - Equipamentos de Proteção Individual como máscaras, luvas e fato, o que nos parece desajustado face à utilização exclusiva de um produto alegadamente ou supostamente biológico e natural. Verificámos que o “*flazassulfurão*” é um composto orgânico sintético da



categoria das sulfonilureias que contém, como elas esse grupo funcional. Não nos foi visto que ele seja um composto biológico, ele vai inibir a síntese dos aminoácidos e impedir o crescimento das plantas.

Nos dias 30 e 31 do mês passado, a draga que procede às dragagens no rio Sado encontrava-se a laborar fora dos polígonos de implantação do canal de dragagem, como pode ser verificado no site eletrónico “*Marine Traffic*”. Verificámos, mais uma vez, inúmeras falhas no que se refere ao cumprimento das medidas condicionantes ambientais previamente estabelecidas. A avaliação do impacto ambiental do projeto de melhoria das acessibilidades marítimas do Porto de Setúbal previa a monitorização constante desta atividade. Tem a Câmara Municipal conhecimento deste incumprimento?

Teve a Câmara Municipal acesso aos dados relativos à monitorização prevista na Avaliação de Impacto Ambiental dos projetos ou às visitas e auditorias previstas no decreto lei n.º151B/2013?

Tomou a Câmara Municipal alguma ação ou pensa vir a tomar, face a este incumprimento?

Manuel Esteves (PS) – Sabendo os azeitonenses que está em grande desenvolvimento um loteamento em Brejos de Azeitão, o qual contemplava um mercado municipal, gostaria de saber por parte da Câmara, se já tinham alguma coisa em estudo ou se estava alguma coisa programada para o desenvolvimento desta questão? Tratava-se de uma promessa muito antiga. Na anterior assembleia alertei para a falta de sinalética de trânsito numa ponte antiga, na rua alto das necessidades. Desapareceu toda a sinalética e a circulação ficou muito perigosa, porque ficamos sem saber quem é que tem a prioridade naquela passagem.

É uma vergonha o estacionamento na Estrada Nacional frente ao Hospital da Luz, que atualmente é feito nas duas bermas da estrada. Recentemente não me pude desviar de uma ambulância que assinalava marcha de urgência, porque as bermas encontravam-se ocupadas. Uma vez que foi anunciado que o hospital tinha comprado um terreno, ao lado para alargar o estacionamento. Saber se o estacionamento já estava licenciado pela câmara e quando é que começaria a obra?

Pedro Soares (CDU) – Tenho uma saudação para ler, mas antes de o fazer quero partilhar com esta assembleia, que é sempre com emoção que participo numa assembleia eleita democraticamente, em que lembro do tempo que Portugal vivia sob o fascismo e em tempo de guerra colonial. Felizmente ainda temos paz no nosso país e por isso mesmo iria ler uma saudação, a propósito de um evento que aconteceu há poucos dias:

“Saudação à Câmara Municipal de Setúbal e ao Conselho Português para a Paz e Cooperação. A 13 de fevereiro deste ano teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, uma conferência “Vozes pela Paz” organizada por este município de parceria com o Conselho Português para a Paz e Cooperação. As intervenções proferidas em nome de diferentes organizações da sociedade portuguesa – Igreja Católica, movimento sindical, artistas agrupamentos de escolas, “Diário da Região”, “URAP”, coletividades do concelho, o Instituto Politécnico de Setúbal, Movimento Democrático de Mulheres – deram o raro contributo para se poder avaliar a sensibilidade dos portugueses no que às questões da paz e da guerra diz respeito. Muito do que foi dito, poderia aqui ser repetido e não seria redundante. As ameaças que pendem sobre todos nós foram identificadas, por vezes, descritas em detalha e compreende-se a séria preocupação dos participantes. A bancada da CDU ao saudar o município e o CPPC pela iniciativa, deseja partilhar com esta Assembleia Municipal a sua inquietação pela maneira como as guerras de agressão e rapina proliferam no mundo - o Papa



Francisco fala mesmo de uma III Guerra Mundial aos bocados - obra da maior potência militar de todos os tempos: o Pentágono e a NATO. Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar as falsidades diariamente divulgadas para justificar agressões aos povos que defendem a sua soberania e não aceitam o que pela força lhes querem impor. Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar que nos querem convencer de que as guerras são coisas lá longe; os portugueses tiveram durante 13 anos a guerra colonial, lá longe, e sabemos o resultado. O racismo, a xenofobia, a confusão entre verdades, meias verdades e falsificações grosseiras são venenos sempre utilizados para depois justificar o uso da violência dos poderosos contra as suas vítimas. Lemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar.

Paulo Calado (PPD/PSD) – A minha intervenção vai no sentido de identificar aquilo que todos sabemos que acontece em Setúbal, temos um problema grave com a mobilidade. Esse problema verifica-se nos momentos em que há mais tráfego, seja de manhã ou ao final do dia, nos acessos à cidade, quer seja pela Estrada Nacional 10 ou pela autoestrada. Este é um tema que não é de hoje, é um tema que o PSD ao longo dos anos têm questionado. Trata-se de um problema que se tem agravado, as soluções que a atual câmara implementou não ajudaram, pelo contrário, agravaram a situação. Basta verificar o eixo entre a Avenida Independência das Colónias e Alexandre Herculano, que é um verdadeiro suplício. Não vamos cair na ilusão de referir, que se pretende evitar que haja muito tráfego, porque as pessoas têm que se deslocar nesse eixo que é uma dificuldade imensa. Há situações gravíssimas, por exemplo quando um autocarro está parado ou por que o próprio trânsito pela sua própria dinâmica entope, quando há uma ambulância ou quando há um carro que está em emergência é uma dificuldade enorme em poder passar. Isto é um problema que temos que enfrentar. Entendemos e percebemos que foram efetuadas obras nesse eixo, que foram efetuadas obras noutras artérias da cidade, mas a verdade é que o resultado não é positivo, pelo contrário é negativo. Deixava este apelo, para que a câmara olhe para este tema com atenção.

O PSD apresentou nesta Assembleia Municipal, há mais de um ano, um pedido para que seja efetuado um relatório para identificar pontos negros e problemas de sinistralidade no concelho. Foi entendido por esta assembleia, na qual concordámos, que esse eventual relatório fosse elaborado pela Comissão de Urbanismo, Ambiente e Mobilidade, mas passado mais de um ano nada aconteceu. Os problemas têm que ser olhados de frente e estes são aquele tipo de problemas que não têm cor, não tem ideologia e tem que ser resolvidos, por que se relacionam com mobilidade, com a atratividade da própria cidade e do próprio concelho, naquilo que é o que nós todos queremos, que seja esta capital de distrito, uma cidade e um concelho que seja agradável de fruir, para nós e para os que nos visitam.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Uma pequena nota sobre a questão da Quinta da Parvoíce. Relativamente a esta matéria não devíamos perder de vista aquilo que é o objetivo central, que é resolver definitivamente o problema das pessoas que ali habitam, permitindo que elas passem a viver de forma condigna. Sendo certo que estes processos geram sempre algum stress e alguma ansiedade. Já foram resolvidos em São Sebastião dois processos como este, é óbvio que geraram o seu stress e ansiedade, mas não deixaram de ser bem resolvidos com o acompanhamento da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de São Sebastião. Temos um histórico da Mecânica Setubalense e Quinta da Caiada, mas o objetivo é que se resolva a vida daquelas pessoas. Custa-me muito a ação de alguns, conforme podemos observar nestas últimas semanas, para não falar na existência de oportunismo que pode colocar em causa todo o processo. É óbvio que estes são processos

complicados, que geram ansiedade e envolvem fases, neste momento assistimos à fase de estancar o processo de construção de novas habitações. Tudo o que era novo e não estava habitado veio abaixo e tudo o que foi ocupado desde a última identificação também veio abaixo, as casas onde as pessoas vivem não foram deitadas abaixo. Seguem-se outros passos que é preciso serem tomados e que desejamos que sejam passos certos, que tenham em conta a situação de cada uma daquelas famílias, conforme já assistimos no passado, porque há um histórico deste tipo de situação.

Fica esta nota de desagrado pela atuação de alguns, que na ansiedade de aparecerem na primeira página, podem deitar por terra todo aquele processo que é importante para resolver a vida das pessoas.

Patrícia Paz (PS) – A bancada do Partido Socialista encontra-se a acompanhar a situação do Bairro da Quinta da Parvoíce e já mais que uma vez manifestámos a nossa preocupação para com a situação da precariedade habitacional vivenciada pelos moradores. A nossa Constituição define a habitação como um direito. Quando alguém quer saber onde o outro mora, em geral pode perguntar: “Onde vives?” A linguagem do quotidiano, evidência a associação entre a vida e o espaço casa. O lugar onde podemos estar com segurança e privacidade e recuperar de um dia mau ou descansar para ter outro bom, sejam sozinhos ou acompanhados. O local para onde se quer voltar quando se parte para trabalhar, isto é também viver e não é um privilégio é um direito básico. Mais que achar culpados, trabalhemos no sentido de concertar soluções, no sentido de promover um local para morar e viver que está por cumprir para estas pessoas, subscrevendo de certa forma o que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião.

Qual a estratégia municipal de habitação?

Vítor Ferreira (PS) – Com alguma visão ligeiramente diferente em relação à NATO e no respeito e preocupação com os nossos militares que estão longe, no exercício das suas missões, precisamente no âmbito da NATO, a bancada quer associar-se à saudação que a bancada da CDU nos apresentou. O essencial está na Saudação e o essencial deve estar sempre presente nas nossas ideias, nas nossas ações, o que foi dito é profundo e é fator de preocupação de nos fazer pensar todos, nestes tempos estranhos que vamos vivendo em algo semelhante com aquilo que aconteceu no século passado.

Carla Vilhena (PPD/PSD) – Na Assembleia de Freguesia de São Sebastião falou-se várias vezes na Quinta da Parvoíce e o que se poderia fazer. Na altura disseram que estavam em conversações com o padre Constantino, uma vez que é o padre que consegue fazer o elo e foi o único que se interessou pela Quinta da Parvoíce desde o início, para que aquelas pessoas pudessem ter condições condignas. Isso já foi há algum tempo e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião certamente se há de lembrar. Algumas situações que argumentavam na altura, não são verdade hoje, muitas dessas pessoas já estão legalizadas, têm onde trabalhar e pagam os seus impostos. Nem todas as vinte casas estavam vazias e foi colocado um papel à porta de algumas delas. O que é que vão fazer? Falam em habitação, mas não falam para quando, no entanto, tiveram pressa em demolir. Inicialmente deveríamos ter uma casa condigna para estas pessoas e só depois a deveríamos demolir.

Afonso Luz (CDU) – A propósito da Quinta da Parvoíce e do direito à habitação, porque isto é uma questão nacional e é também uma questão de interesse para Setúbal. Hoje mesmo foram votados na Assembleia da República dois projetos de alterações à lei, com vista a reforçar a limitação de penhoras à habitação permanente, quando comprovadamente existissem rendimentos insuficientes para assegurar a subsistência do executado ou do seu agregado familiar. Os projetos foram apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, ambos foram chumbados com os votos do Partido Socialista, do PSD, do CDS da Iniciativa Liberal e do Chega.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Relativamente à Quinta da Parvoíce solicitava ao senhor vereador Pedro Pina, que acompanhou mais o processo, desse a explicação aos senhores deputados e ainda algumas questões da área da habitação pública municipal fosse o senhor vereador Carlos Rabaçal a responder.

Em relação à utilização pública do parque da Comenda e do parque de estacionamento de Albarquel por parte dos proprietários, estamos a aguardar a entrega dos termos do protocolo para decidirmos se estamos de acordo ou não. Só em relação a estas duas áreas, que para nós são as mais importantes, para além da utilização dos trilhos da serra, que passam pelo território dos novos proprietários e que atualmente se encontram fechados, por isso pedimos que fossem reabertos para fins desportivos e de lazer. Como ainda estamos à espera dos termos do protocolo não posso adiantar mais do que isto.

Em relação ao grupo “*Pitroda Grup*” não é muito mais do que aquilo que está nas notícias. O protocolo veio à câmara e há a intenção de ser o grupo a alavancar o projeto, à semelhança do que fez no Cartaxo, mas que não teve andamento por parte da Câmara Municipal. Vamos ver o que acontece, se arranja investidores ou não, só depois será feito um diagnóstico, um projeto estratégico e se estivermos todos de acordo, é que se pode fazer o plano de pormenor, até lá não podemos dizer mais do que isto. Estão a ser feitos contactos e sabemos que eles já têm alguns investidores, mas têm que ter um outro tipo de investidores para as várias áreas, porque não pode haver só hotéis ou só universidades, terá que haver um conjunto de coisas para tornar o projeto sustentável e equilibrado. Tudo aquilo está num fundo bancário que querem ser parceiros e em relação à câmara vamos aguardar para ver o que é que vem para cima da mesa, não temos mais informações.

Em relação às questões colocadas pela senhora deputada Suzel Costa vou pedir à senhora vereadora Carla Guerreiro para dar os respetivos esclarecimentos.

Em relação às dragagens não podemos dar nenhuma informação, não sabemos de nenhuma inconformidade em relação ao estudo de impacte ambiental, mas podemos averiguar se há alguma desconformidade. As dragagens já deviam ter terminado, iria haver antecipação do prazo, só que no fundo está a haver uma sustentação, por isso tiveram uns dias para que fosse compactada e que houvesse algum equilíbrio nos fundos, até haver alguma deposição de areias que estavam suspensas. Sei que os trabalhos já foram retomados e que no princípio de abril estarão concluídas.

Em relação ao estacionamento do Hospital da Luz, o terreno foi adquirido, já está a ser utilizado, mas é francamente insuficiente. Já alertámos várias vezes o hospital para a situação e sabemos que a maior parte dos carros estacionados nas bermas são dos funcionais, são poucos os utentes que os colocam fora do parque. Chamámos à atenção do hospital que já

devia estar construída uma rotunda para a mobilidade do hospital e eles dizem que vão começar. O processo da rotunda e da ampliação do estacionamento já deu entrada na câmara, acontece que estão a avaliar aumentarem mais o estacionamento e por isso estão a negociar mais um bocado de terreno, até para resolverem o problema dos seus funcionários. Aquela situação é um perigo, mas sabemos que a administração do hospital tem consciência da situação.

Em relação ao loteamento do AXL, ainda hoje dei algumas ordens pouco simpáticas para a empresa construtora desse loteamento. Esperamos dar dois a três dias e depois iremos tomar decisões finais, porque cada vez que há este tipo de decisões o proprietário desta empresa vem pedir desculpa e promete que vai recomeçar, depois faz um bocadinho da rotunda, mas não faz a conduta de ligação do saneamento e dos pluviais para os loteamentos, entretanto os loteamentos estão quase todos feitos. Nas contrapartidas das taxas que não foram pagas para se fazer aquele loteamento está uma rotunda, que nem sequer começou a ser feita na Estrada Nacional 10. Daqui a pouco estamos num período mais quente e de maior fluxo rodoviário e deve ser quando decidem começar a fazer a rotunda, o que vai ser um grande pandemónio. Hoje de manhã estive a ver aquele processo para tomar algumas decisões quase de força. Aquela rotunda que vai ser feita tem interesse quase única e exclusivamente para dentro do loteamento, porque a rotunda está um pouco desviada da Rua Família Bronze, que não precisava daquela rotunda, porque como o senhor Manuel Esteves sabe, o trânsito vai todo direitinho, a rotunda está desviada para dentro do loteamento para beneficiar exatamente o loteamento. Os utentes daquela estrada da Rua Família Bronze até vão ter que fazer um desvio para continuarem caminho. Está quase tudo vendido, há pessoas que já se estão a dirigir à câmara porque vão começar a construir, no entanto as infraestruturas ainda estão por concluir. Estamos com um problema que várias vezes foi colocado em cima da mesa, mas que agora vai ser com pulso forte, porque sem aquelas infraestruturas não se pode começar a construir uma casa. O promotor disse-nos que estavam à espera de uma manilha para a zona do mercado e da igreja.

Em relação à mobilidade, estamos a estudar para melhorar aquela situação. Quando a Av. dos Ciprestes estiver definitivamente concluída, certamente que o tráfego irá melhorar substancialmente, para isso estamos num processo de expropriação da florista que irá permitir alargar a estrada e por sua vez a criação de duas faixas de rodagem. Estamos naquele processo de obras que está a limitar naquela zona a mobilidade e a fluidez do trânsito.

Em relação às questões dos senhores deputados Patrícia Paz e Domingos Semedo os meus colegas vão responder.

Presidente da Mesa – Os senhores vereadores não podem responder, porque já foi ultrapassado o tempo destinado ao executivo. Poderão fazer essas intervenções em próximos pontos, mas neste momento não é possível de acordo com o nosso regimento.

Paulo Calado (PPD-PSD) – Uma vez que a CDU ainda tem muito tempo disponível para o uso da palavra, sugiro que pudesse disponibilizar algum desse tempo para que o executivo pudesse responder às questões colocadas.

Presidente da Mesa – É uma boa lembrança, mas como é do seu conhecimento, não me cabe pronunciar sobre isso.

João Viegas (CDS-PP) – O CDS só tem um minuto e trinta segundos, no entanto, sede o tempo ao executivo.

Presidente da Mesa – A mesa agradece a sua disponibilidade.

Afonso Luz (CDU) – Também concordamos que o nosso tempo possa ser utilizado, porque penso não haver mais intervenções.

Presidente da Mesa – Senhora presidente e senhores vereadores, com a benevolência do senhor deputado João Viegas do CDS e da bancada da CDU, com a referência de alguma parcimónia, os senhores vereadores poderão utilizar a palavra.

Pedro Pina (Vereador) – Agradecer a gentileza do senhor deputado João Viegas do CDS e também da amabilidade da bancada da CDU.

Esta é uma matéria que o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião já teve oportunidade de referir, que não sei se ficou totalmente compreendido, mas creio que é uma matéria bastante sensível e seria bom que a forma como qualquer uma das bancadas e sobre qualquer um dos eleitos olharão e tratarão esta matéria, fosse cuidada com elevada ética. Tal como referiu o senhor presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião houve aproveitamento político desta situação ao longo desta última semana. Houve eleitos e entidades que estiveram mais preocupadas em poder protagonizar a sua circunstância do que provavelmente aquilo que são os problemas reais da Quinta da Parvoíce e das pessoas que vivem na Quinta da Parvoíce. O problema da pobreza trata-se com atenção, com cuidado, com elevada verdade e acima de tudo com dignidade.

Senhor deputado João Viegas há aqui uma questão que é importante clarificar, há dois processos quando se fala da Quinta da Parvoíce, que ao longo das últimas semanas foram em muitos momentos confundidos, um tem a ver com a zona consolidada, como já aqui foi referido, por iniciativa da Câmara Municipal que tem vindo a pressionar o IHRU para desencadear um processo de realojamento daquelas pessoas, um processo que temos vindo a acompanhar sem respostas àquilo que são as necessidades prementes, da forma pouco digna e de todas as circunstâncias com que aquelas pessoas vivem, mas aquilo que decorre da intervenção recente do IHRU e dos ditos editais, não tem a ver com a zona consolidada. Estamos a falar de uma zona distinta, independentemente dos desdobramentos que possam ou não existir e no relacionamento com algumas das pessoas que possam estar nas habitações. Está constituído um grupo de trabalho que vai desencadear o processo consolidado da Quinta da Parvoíce, o respetivo acompanhamento dos procedimentos e o resultado das reuniões regulares entre a Câmara Municipal e o IHRU. O processo da Mecânica Setubalense foi um processo que o próprio Instituto de Gestão Financeira, proprietário do terreno da Mecânica Setubalense desencadeou e demonstrou uma vontade distinta, acreditando que nesta fase as coisas iriam avançar. Não foi constituído um grupo à semelhança do que foi à Mecânica Setubalense, mas foram constituídas várias reuniões de trabalho para responder ao processo.

Senhor deputado Vítor Rosa, com todo o respeito e elevada consideração, fiquei confundido se estava a ouvir uma intervenção do Bloco de Esquerda ou do Chega, porque o desconhecimento pode trair as pessoas e se o senhor deputado não tem uma informação tão fidedigna, provavelmente já se podia ter informado, inclusive no próprio IHRU. Permita que lhe diga com todo o respeito, o senhor desconhece na totalidade aquilo que está a falar, quando faz as afirmações que faz. É bom que, quem é eleito pelos setubalenses e azeitonenses,

quando fala deva cuidar da informação, porque estamos a falar da vida das pessoas. A Câmara Municipal de Setúbal não procura protagonismo neste processo, a única coisa que se preocupa neste processo é resolver o problema das pessoas, com as entidades competentes e é isso que tem pressionado junto do IHRU, junto do Centro Distrital de Segurança Social e de todas as entidades que podem concorrer para a solução daquele problema. Tem pressionado junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e com a própria Secretária de Estado, com quem foi feita uma reunião a semana que passou.

De referir a ausência da Câmara Municipal neste processo, porque não estamos interessados em tirar fotografias com os moradores da Quinta da Parvoíce e postá-las no “Facebook”, nem estamos interessados em ter protagonismo uma vez que aquilo que nos interessa são aquelas pessoas. Quando o senhor deputado fala da propriedade da Parvoíce, também a desconhece, porque existe um processo de copropriedade relativamente àquele espaço, sem encargos e ónus para a Câmara Municipal. Vir dizer aquilo que o senhor deputado disse é uma inverdade e é grave, na realidade temos é que nos preocupar com as pessoas.

Relativamente ao uso da força, questiono todos os deputados: alguém concorda que se continuem a construir casas, sem que se acompanhe de uma outra forma aquele processo?

Estamos de acordo que se continuem a construir casas, independentemente das necessidades das pessoas, num terreno com aquelas características, ou queremos encontrar soluções, inclusive de emergência social, para acompanhar as situações que ali decorrem?

Ninguém está de acordo que se construam casas de forma ilegal, independentemente das circunstâncias que ali decorrem. É isso que os senhores deputados querem?

A senhora deputada disse: “a bancada do Partido Socialista tem acompanhado a situação”, ainda bem que tem acompanhado e nós também temos acompanhado, mas pela sua preocupação poderia pressionar o seu Governo, para encontrar soluções mais céleres para o problema daquelas pessoas. O processo só foi desencadeado como da Mecânica Setubalense, por pressão da Câmara Municipal e não por uma outra razão qualquer, por reuniões sistematicamente pedidas pela Câmara Municipal ao IHRU e também reunimos com a senhora Secretária de Estado. A senhora Presidente da Câmara Municipal de Setúbal pediu há mais de um ano uma reunião com o senhor Ministro que nunca foi possível realizar. Perante o mediatismo da comunicação social, que como todos nós sabemos trata a comunicação da forma como trata, no entanto, a senhora Secretária de Estado disse na reunião que desconhecia o processo, o que era estranho. Ainda bem que o Partido Socialista e a sua bancada estão a acompanhar, por isso pedimos-vos que pressionem o IHRU para resolver o mais célere possível este processo.

Relativamente à intervenção do PSD, dizer à senhora deputada que não foi só “deitar abaixo”, porque as casas que foram deitadas abaixo não tinham pessoas, além disso ainda não se podem falar em casas, porque ainda estavam em construção e como tal não foi ninguém desalojado. A senhora deputada tem conhecimento de alguém que tenha sido desalojado neste processo? Não existiu desalojamento absolutamente de ninguém! O que houve foi uma ação por parte do IHRU, para não permitir o avanço das construções que estavam a realizar naquele terreno.

Carlos Rabaçal (Vereador) – As novas construções na Quinta da Parvoíce estão a ser construídas num vale, que é considerado um vale de fogo, quando há dias ardeu toda a aquela zona por baixo do forte, certamente que aquelas construções num próximo incêndio seriam varridas pelo mesmo. Aquilo que está a ser construído na encosta, em cima da areia, numa possível enxurrada cairia tudo o que lá estivesse. Trata-se de uma medida básica de

responsabilidade e de defesa das pessoas, impedir que se faça seja o que for naquela barreira, para podermos juntar a outros argumentos legais. Há aqui uma questão de segurança das pessoas e era um crime deixar construir naquele espaço. Esta é uma questão adicional à comunicação que foi aduzida.

Em relação às questões que foram colocados sobre habitação. Senhor deputado municipal Semedo, a sobrelotação é evidente nos bairros de habitação pública de Setúbal e no resto do país, que resulta do crescimento das famílias. Quando é possível fazer-se desdobramentos faz-se, quando é possível dar uma habitação mais ajustada também se dá, só que o problema passa pelos mil pedidos de habitação, com casos dramáticos. Entre uma família que está apertada numa casa e uma filha que está na rua, temos optado por alojar as pessoas que estão na rua. Estamos a receber por ano 40 a 50 casas devolutas, temos mil pedidos, imaginem a pressão que há para as pessoas que estão na rua poderem ter as suas casas. Com muita pena das pessoas terem problemas na sua vida, temos optado por privilegiar as pessoas que não têm de todo casa e o problema só se resolve com mais casas. Temos 2% de habitação pública no rácio da habitação nacional, o que é considerado um dado estatístico nulo. O mínimo vai de 2% a 5%, o Governo defende para Portugal de 2% a 5% o que é um rácio muito pequeno, mas nós defendemos pelo menos os 10%, apesar de pequeno equivale a uma alteração sensível da habitação pública, no rácio de habitação nacional e não há solução para o mercado, para as pessoas com rendimentos baixos. A questão passa para mais construção de habitação pública. Na reunião com a senhora Secretária de Estado e numa reunião futura que iremos ter o senhor Ministro da Habitação certamente que iremos colocar estes problemas, visto que os pedidos já chegam aos mil e pensamos que vai atingir os dois mil. Ou se fazem novas casas ou é impossível encontrar uma casa em Setúbal para viver. A questão do desdobramento e a questão do ajustamento da habitação têm esse problema. Nas casas que estamos neste momento a atribuir, procuramos garantir o acerto da tipologia de habitação à dimensão da família.

Em relação à reabilitação das casas e dos prédios não temos condições sozinhos para o poder fazer, por isso também colocámos o problema à senhora Secretária de Estado. Há possibilidade de ainda haver alguma contribuição do Estado para esta reabilitação, por isso vamos discutir a possibilidade de reforçar o trabalho que estamos já a fazer. Temos neste momento em curso uma obra na Quinta dos Vidais em 6 prédios, com uma intervenção global nos telhados, que eram de amianto e toda a recomposição dos prédios, requalificação, pintura, juntas de dilatação e outros problemas que aqueles prédios tinham. Temos uma obra na Manteigada para arrancar há dois anos, mas estamos a ficar com um problema, porque o empreiteiro já nos pediu indemnização 200 mil euros e vai-se embora, porque o Tribunal de Contas não despacha o empréstimo que nós pedimos para fazer a obra naquele bairro. Uma obra de um milhão e trezentos mil que o Tribunal de Contas não despacha há dois anos, para reabilitação de todo o bairro das Manteigadas, nos telhados, paredes e janelas dos prédios. Dessa obra concorreremos a fundos comunitários de eficiência energética e de um milhão e trezentos mil euros foram eleitos trezentos mil euros e deram-nos cento e cinquenta mil euros, sendo que para janela estabeleceram um preço que é um quinto do preço real da janela. É assim que tudo isto funciona e na prática a reabilitação de habitação social está completamente nos nossos ombros. Estamos a preparar uma obra para o Forte da Bela Vista, estamos a fazer o projeto que é estimada em cinco milhões de euros na reabilitação básica dos prédios. Estamos a trabalhar para retirar o amianto dos nossos bairros, porque temos oito bairros com telhas de amianto e por isso estamos a recorrer a mecenas. Se resolvermos bem o exterior dos prédios certamente que resolvemos centenas de coisas dentro das casas. Em

relação à ação global de reabilitação estimamos quarenta milhões de euros para a reabilitação dos nossos bairros e estimamos para novos alojamentos em cerca de sessenta milhões de euros. Já dissemos isso à senhora Secretária de Estado e vamos discutir com eles o que é que se pode fazer nessa matéria, seja através de dinheiro, seja através de perequações de terrenos, seja através de fundos de outro tipo, mas temos que encontrar uma solução. Estou a falar de cem milhões de euros e não temos esse dinheiro e temos que resolver o problema das pessoas que vivem em Setúbal. O concelho de Setúbal deu um salto tremendo na empregabilidade, mas as pessoas que vêm para cá trabalhar não podem cá viver, porque não têm casa. O problema é sério, tem que ver com o desenvolvimento do próprio concelho do ponto de vista de futuro, pois estamos a falar das condições de vida de pessoas.

A Lei de bases de habitação vai ser regulamentada e vai definir como é que a carta municipal de habitação é uma peça essencial do Ordenamento do Território, em termos habitacionais. Em relação à estratégia local de habitação, não sei o que a senhora deputada conhece da estratégia local de habitação, dos seus pressupostos e de os seus impactos, mas vou-lhe dizer. A estratégia local de habitação faz o levantamento estatístico e as necessidades do concelho. Não precisamos de uma estratégia local de habitação para dizer ao Governo quais são estatistas do concelho, porque estão todas no INE e quais são as necessidades do concelho, temos todas identificadas ao pormenor, casa a casa, inclusive uma simples torneira de casa, tudo está identificado. Mas enquanto não houver estratégia local feita com os parâmetros que eles entenderam, não há apoio financeiro para ninguém e isso é muito importante, porque a estratégia local de habitação é a estratégia local tampão do dinheiro. Todos os municípios com este tampão, durante dois anos, não tiveram acesso a nenhum dinheiro do Estado e a senhora Secretária de Estado andou a dizer que tinha no Orçamento Estado, mas ninguém o ia buscar, e disse: “até sobrou dinheiro”. Até parece que os municípios não querem resolver o problema. Sem estratégia não há dinheiro, nós estamos a acabar a nossa estratégia, mas entendemos que para fazer este apoio de quarenta milhões de euros, mais sessenta milhões de euros, não há estratégia que resista. Sabemos dos problemas dos dias de hoje e o processo que remeteu todo o apoio financeiro para daqui a dois anos, o que significa que em termos de estratégia local de habitação, ao fim de dois não existe uma única casa e para além disso inverteu a lógica financeira em relação à construção de habitação, isto é, o Estado dá 30% e as câmaras colocam os restantes 70%. Historicamente no PER os municípios contribuem com 30%, tendo invertido a lógica do passado, antes do PER os municípios contribuíam com 0%. Recebemos os bairros, que atualmente temos, sem gastar um cêntimo, recebemos feitos e fazemos a manutenção. O que está em cima da mesa é uma estratégia local de habitação que contraria a Lei de Bases, que diz: “*O Estado constrói e os municípios gerem*”. Coloquei essa questão à senhora Secretária de Estado e ela ficou muito incomodada, mas ainda vai ficar muito mais incomodada com a discussão que vamos fazer. A bancada do Partido Socialista deveria estudar tudo isto com muita atenção, devia junto do seu Governo exigir aquilo que é exigível para este município. Temos reunido com os municípios de toda a região e concluíram que os preços de habitação cresceram exponencialmente em toda a península, significa que quem não tem casa em Setúbal, também não tem em Palmela, não tem no Barreiro, não tem em Almada, não tem em lado nenhum, ou se tomam medidas em relação a esta matéria ou temos uma crise profunda de carência habitacional nesta região e em todas as Áreas Metropolitanas do país. Em relação à estratégia chamo-lhe um instrumento tampão que o Governo inventou para impedir o acesso ao financiamento do Estado

Carla Guerreiro (Vereadora) – Relativamente à questão colocada pela deputada Suzel Costa, sobre a ação que está a ser feita pelo executivo no bairro Salgado, sobre a aplicação do herbicida. Ela tem sido acompanhada e foi vista pelos nossos técnicos da Divisão de Higiene Urbana, pelos nossos engenheiros do Ambiente. Já está a ser utilizado por muitas outras autarquias e até por algumas juntas de freguesia do nosso concelho, com bons resultados. A garantia que temos é que o produto é 100% seguro e nem sequer é usado com nada de glifosato. O que é de mau gosto, senhora deputada Suzel, é fazer a insinuação de que os nossos trabalhadores estão usando EPI, o produto é perigoso e nós não o queremos dizer. Quando os nossos trabalhadores andam a trabalhar à chuva damos-lhes impermeáveis para não se molharem, neste caso é absolutamente natural porque trabalham com um produto líquido, que é pulverizado, que pode saltar para o corpo e para a cara, é natural que eles tenham fatos e tenham máscaras, não tem nada a ver com a perigosidade do produto. Se o produto fosse perigoso teríamos obrigações no que refere à aplicação de colocar os avisos, etc., etc. Estamos a falar relativamente aos EPI que os trabalhadores têm que usar e que nem sempre usaram, mas que hoje todos usam, seguindo as normas de segurança e de conforto, porque senão o fizessem passado uma hora estariam totalmente encharcados, por essa razão usam máscaras e fatos impermeáveis.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – No início deste ponto tenho uma proposta que ponho à consideração da Assembleia, a inclusão de uma moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, que devido a problemas técnicos não chegou atempadamente aos serviços da Assembleia.

Não havendo manifestações, a moção “*Pelo Respeito pelo Poder Local, por um Aeroporto que Sirva o Interesse Público*” apresentada pelo Bloco de Esquerda será discutida em último lugar neste período da ordem de trabalhos. Pedia aos serviços que fizessem a distribuição da moção do Bloco de Esquerda.

De imediato ponho à vossa apreciação a moção apresentada pela bancada da CDU com o título: “*Dia Internacional da Mulher, um Dia Incontornável no Caminho de uma Sociedade Justa Livre de Desigualdades e Discriminações*” (conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Moção

Dia Internacional da Mulher – Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica e social.

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação de um Dia Internacional da Mulher, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, que decorreu em Copenhaga, no ano de 1910, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios, contra todas as formas de discriminação.

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se atuais e apesar de avanços civilizacionais importantes, alguns retrocessos continuam a fazer sentir-se, a sociedade em que vivemos continua a ser marcada pelas desigualdades, pela grande desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens,

mulheres e crianças que não têm nada. Milhões de mulheres no mundo são as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras do imperialismo.

O 8 de Março assume-se pelo facto de transportar para o tempo presente um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento e de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social.

O Poder Local tem tido um papel importante na promoção dos direitos das mulheres, da valorização da sua participação como parte integrante da história das regiões.

Em Portugal, está a ser feito um caminho de recuperação de direitos de grande significado para as mulheres: a reposição do horário de trabalho das 35 horas semanais na Administração Pública, o aumento do salário mínimo nacional, o direito das mulheres à interrupção voluntária da gravidez sem pressões nem condicionamentos, a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais, creches gratuitas para o 1.º escalão de rendimentos e para o 2.º escalão a partir do segundo filho.

Este é um caminho de avanços que importa continuar e consolidar e para que tal aconteça a luta não pode parar.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 28 de fevereiro de 2020 apela às mulheres para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações.”

Patrícia Paz (PS) – A bancada do Partido Socialista acompanha os considerandos aqui expressos e lembramos que este mês, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género lançou um concurso no âmbito do Programa Operacional, Inclusão Social e Emprego, com vista à elaboração e implementação de 94 planos municipais para a igualdade e a não-discriminação. Podendo candidatar-se entidades da Administração Local como, Câmaras Municipais, Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais. Os planos mencionados visam combater as desigualdades existentes em áreas como a disparidade salarial, a representação equilibrada, a segregação sexual das profissões e a promoção da conciliação em matérias, como o apoio e proteção de vítimas de violência doméstica e políticas de urbanismo, mobilidade e segurança. Considerando a bancada que a importância do tema não se pode distinguir na apresentação da moção, lembramos esta oportunidade de candidatura que se afigura como instrumento fundamental para a territorialização efetiva das políticas de igualdade e não discriminação e o plano de ação de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos, reconhecendo os municípios como agente estratégicos determinantes.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos uma recomendação apresentada pela bancada do PAN: “*Reforço da Medição da Qualidade do Ar no Concelho de Setúbal*” (conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Recomendação

Reforço da medição da qualidade do ar no concelho de Setúbal

Na Europa, a poluição atmosférica é reconhecida como um dos maiores riscos para a saúde humana, sendo que, a nível mundial, até 2050 a poluição atmosférica nas cidades deverá tornar-se a primeira causa ambiental de mortalidade.

As graves consequências para a saúde humana e para o ambiente resultantes da poluição atmosférica são corroboradas por inúmeros estudos, que referem que as partículas finas com diâmetro aerodinâmico equivalente igual ou inferior a 2,5µm (PM2.5) podem desencadear ou agravar patologias respiratórias e cardiovasculares. Um deles, mais recente, refere que a poluição do ar e, em particular, a exposição da população às PM2,5 (que, quando inaladas, penetram profundamente nos pulmões, ao nível dos alvéolos pulmonares e bronquíolos, e no sistema cardiovascular) e ao Ozono troposférico (O3) foram responsáveis pela morte de 790.000 pessoas na Europa, representando as doenças cardiovasculares 40 - 80% dessas mortes.

Esta problemática é conhecida em Portugal, sendo que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) refere que “as partículas inaláveis constituem um dos poluentes atmosféricos mais graves em termos de saúde pública”. Assim, transpondo a Directiva 2008/50/CE, de 21 de Maio, relativa à qualidade do ar, o Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, estabelece o valor limite das suas concentrações no ar ambiente e restantes poluentes atmosféricos e define as regras de gestão da qualidade do ar que lhe são aplicáveis.

No entanto, o valor limite anual para as PM2.5 permitido até 2020 (25 µg/m³) na UE é 2,5 vezes superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (10 µg/m³) e mesmo assim é ultrapassado inúmeras vezes, com custos elevados na qualidade de vida das pessoas e para os sistemas nacionais de saúde. Estima-se que, em média, a redução da esperança média de vida dos europeus em 2,2 anos é atribuída à poluição atmosférica.

O material particulado (PM) é constituído por uma mescla de partículas sólidas e líquidas suspensas na atmosfera, de origem natural (e.g. sais marinhos, erosão do solo, pólen) e antropogénica (com origem predominante nos processos de combustão). Acresce ainda a contribuição significativa das emissões fugitivas nas concentrações de PM no ar, sendo que estas partículas provêm de fontes difusas, sem dispositivos para direcionamento ou controlo de escoamento de gases. Oriundas das atividades de construção, do manuseamento de materiais industriais e de materiais mineiros, de partículas provenientes de estradas pavimentadas e não pavimentadas e da ação de ressuspensão provocada pelo vento. Além disso, as atividades portuárias, e todas as operações incluídas – o manuseamento de materiais sólidos, o transporte rodoviário associado às operações de descarga e os transportes marítimos – produzem concentrações relevantes de PM. A título de exemplo, a contribuição estimada das emissões portuárias na área urbana de Barcelona varia entre 9 e 12% para o PM10 e entre 11 e 15% para o PM2,5.

Segundo a Base de Dados Online sobre a Qualidade do Ar (QualAr) da APA, em Setúbal apenas existem estações de medição fixas no Quebedo e nos Arcos, tendo sido descontinuada a estação da Camarinha e a Estação da EDP das Praias do Sado, esta última suburbana industrial. Nestas duas estações, e ao contrário do que consta na página do município, não se efetuam medições das PM2.5 nem do benzeno há alguns anos, em clara violação do previsto na legislação e não permitindo uma real avaliação da exposição da população a estes poluentes atmosféricos.

O benzeno, um composto com efeitos mutagénicos e carcinogéneos, tem como principal fonte de emissão o tráfego rodoviário e representa um grupo de compostos denominado de COV's (Compostos Orgânicos Voláteis) os quais participam nos mecanismos de formação do O3, nos mecanismos de formação de gases com efeito de estufa e na destruição da camada de ozono na estratosfera. Este composto, após um processo de reestruturação da rede, em 2012, deixou de ser monitorizado nas duas estações em Setúbal. Visto que não são monitorizadas as PM2,5 (última medição data de 2015, na Camarinha) e o Benzeno em nenhuma das estações,

existem falhas significativas na avaliação da qualidade do ar em Setúbal, podendo estar-se a subavaliar a exposição da população a poluentes, o que poderá colocar em causa a saúde pública da população sadina.

Para além destas inconformidades, as estações fixas existentes no município de Setúbal refletem apenas o impacto de zonas urbanas de fundo (Arcos) e urbana de tráfego (Quebedo) e distam apenas 2km entre si, sendo que a contribuição da zona fortemente industrializada da península da Mitrena, onde se inserem inúmeras indústrias da directiva Seveso, não é monitorizada por nenhuma estação fixa na área envolvente ou adjacente, como foi constatado em 14 de fevereiro de 2017, aquando do incêndio na Sapec.

Assim, considerando que:

- a) Quando os armazéns de enxofre da Fábrica de Enxofres da SAPEC Agro, S.A., na Mitrena, arderam a 14 de Fevereiro de 2017 e originaram uma nuvem de poluição, as estações de medição da qualidade do ar fixas dos Arcos e Quebedo só detetaram concentrações de dióxido de enxofre (SO₂) acima do permitido no dia seguinte, aquando da mudança dos ventos, o que significa que os moradores das zonas residenciais mais próximas da Mitrena podem ter estado expostos a níveis de SO₂ muito acima do permitido.*
- b) Ao longo dos anos, a população das Praias do Sado e da cidade de Setúbal têm denunciado a existência de fortes odores com origem na zona da Mitrena e revelado preocupação acerca da exposição continuada aos efeitos da poluição do ar na área envolvente ao complexo industrial da Mitrena.*
- c) O desenvolvimento e a natureza da indústria instalada na Mitrena (produção de pasta de papel, adubos e pesticidas, aterro para resíduos industriais não perigosos, setor cimenteiro e indústria naval) é responsável pela emissão de poeiras em concentrações significativas, às quais acresce o contributo das emissões fugitivas do tráfego rodoviário de pesados e do manuseamento e armazenamento de matérias-primas no porto de Setúbal e nas indústrias.*
- d) Em Portugal, a gestão e a responsabilidade pela manutenção da rede de qualidade do ar é atribuída às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) na sua área de jurisdição e que a avaliação da qualidade do ar é efetuada com base em medições fixas ou indicativas em estações cuja localização é determinada pelas CCDR em articulação com a APA, sendo revista de cinco em cinco anos em função dos resultados da avaliação da qualidade do ar e de alterações nos critérios que determinaram a sua localização.*
- e) As estações industriais de medição da qualidade do ar encontram-se situadas na proximidade de zonas industriais ou em áreas sob a influência das suas emissões, permitindo conhecer as concentrações dos poluentes atmosféricos de origem industrial às quais a população pode estar pontualmente exposta e que, na região sob jurisdição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), há apenas três estações identificadas como industriais, todas elas na proximidade das zonas industriais do Barreiro e de Paio Pires.*

Assim, vem a representação municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião ordinária de 28 de fevereiro de 2020, delibere recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

- 1) Desenvolva contactatos com a CCDR LVT, entidade responsável pela realização e execução dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar, no sentido de incluir, pelo menos,***

a monitorização das PM2.5 e Benzeno numa estação de medição da qualidade do ar em Setúbal;

- 2) *Desenvolva contactatos com a CCDR LVT, entidade responsável pela realização e execução dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar, no sentido de instalar uma estação de monitorização da qualidade do ar fixa suburbana industrial, que reflita a contribuição das fontes industriais do complexo industrial da Mitrena.”*

Jerónimo Lopes (CDU) – Uma primeira questão, julgo que também já repetida noutras ocasiões, relativamente à formulação das moções, nomeadamente as que o PAN apresenta nesta assembleia. O texto que é sujeito à assembleia deve ser com uma fórmula resolutiva da assembleia, significa que a assembleia não vai aprovar o que a representação do PAN propõe e isto também serve para a outra moção apresentada pelo PAN: “*Assim a Assembleia Municipal de Setúbal na sua reunião ordinária delibera...*” O texto em qualquer órgão deliberativo deve estar de acordo com aquilo que o órgão irá fazer, por isso propõe que isso seja corrigido. No que diz respeito ao conteúdo e ao destinatário que aqui é colocada relativamente a estas questões, a Assembleia Municipal não tem necessidade de recomendar ao executivo, porque à Assembleia Municipal tem a possibilidade de desenvolver contactos com a CCDRLVT e de solicitar aquilo que aqui está a colocar, como recomendação ao executivo. A Assembleia Municipal nesta matéria pode aprovar e deliberar, solicitar à CCDRLVT que tome estas medidas. Estamos a prescindir de uma autonomia, de uma deliberação e de uma iniciativa própria, que neste caso podemos ter.

Afonso Luz (CDU) – Esta estação de monitorização da qualidade já existe, tem estado inativa devido às obras que foram realizadas no âmbito do parque escolar e atualmente o que se aguarda é que a CCDRLVT efetue a respetiva ligação, para que possa ficar operativa.

Suzel Costa (PAN) – Concordo com o senhor deputado Jerónimo, quando fala na forma como foi proposta à assembleia. Concordo que baixe à comissão para poderemos analisar, reformular e fazer estes contactos, desde que a mesma seja salvaguardada e que exista um reforço da medição da qualidade do ar para as pessoas que vivem no concelho, e assim nada tenho a opor.

Jerónimo Lopes (CDU) – Sem prejuízo de que possa baixar à Comissão, mas se houvesse aceitação por parte da proponente, a assembleia até poderia deliberar neste sentido, que passava a ler. É uma pequena correção que resolve a situação. Para além de na parte resolutiva ficar: “*Assim a Assembleia Municipal de Setúbal na sua reunião ordinária de 28 de fevereiro de 2020 delibera: 1) contactar com a CCDRLVT... e no 2) contactar ou desenvolver contactos com a CCDRLVT...*”. É a própria Assembleia Municipal que delibera e questiona a CCDRLVT relativamente a isto, solicitando que tomem as ações. Independentemente do acompanhamento que podemos e devemos fazer depois em sede de comissão, onde temos feito muito trabalho em várias áreas. Se a deputada Suzel aceitar, a moção ficava em condições de ser aprovado e de ser enviado à CCDRLVT.

Suzel Costa (PAN) – Concordo.

Presidente da Mesa – Senhores deputados do que percebi, do que foi a proposta e a aceitação por parte da senhora deputada do PAN, o texto passaria a ser o seguinte na parte deliberativa: *“Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal na sua reunião ordinária 28 de fevereiro de 2020 delibera: 1) Contactar a CCDRLVT entidade responsável pela realização execução dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar, no sentido de incluir, pelo menos, a monitorização das PM 2.5 e Benzeno numa estação de medição da qualidade do ar em Setúbal; 2) Contactar a CCDR LVT, entidade responsável pela realização e execução dos Planos de Melhoria da Qualidade do Ar, no sentido de instalar uma estação de monitorização de qualidade do ar fixa suburbana industrial, que reflita a contribuição das fontes industriais do complexo industrial da Mitrena.”*

Entendi bem o que se propõe?

Paulo Calado (PPD-PSD) – Pareceu-me da intervenção da senhora deputada do PAN, que a intenção era que baixasse à comissão e fiquei na dúvida se tratava de uma proposta ou uma alternativa que foi proposta, mas que não é para ser votada.

Suzel Costa (PAN) – No sentido como ficou a recomendação, aceito que seja votada desta forma.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidente da Mesa – Temos uma outra recomendação apresentada pelo PAN *“Sensibilização da população contra o acorrentamento de animais”* (conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Recomendação

Sensibilização da população contra o acorrentamento de animais

O acorrentamento permanente de animais, e em particular de cães, é uma realidade observável em todo país, não sendo o município de Setúbal exceção.

Animais sociais, gregários, os cães precisam de interação e de se sentir integrados socialmente. São animais de matilha e, no caso dos domésticos, a “sua” matilha é a família de humanos com quem vivem. O acorrentamento perpétuo é uma sentença cruel, os movimentos são suprimidos, o comportamento natural da sua espécie é contrariado e o sofrimento é silencioso. Deixam de viver, passam a existir.

Sobrevivem sem respeito, sem exercício, sem atenção, sem interação social e, na maioria das vezes, o local da reclusão tende a ser simultaneamente área de alimentação e abeberamento, de dormida, de exercício e de satisfação das necessidades fisiológicas e está a maior parte das vezes exposto aos elementos naturais, num ambiente pouco saudável e confortável e de enorme pressão física e psicológica para os animais.

São vários os estudos que demonstram o efeito nocivo do acorrentamento contínuo e que demonstram, entre outras coisas, que os cães acorrentados sentem-se naturalmente mais territoriais e protetores do seu exíguo território, por conseguinte mais agressivos, e que uma vez confrontados com uma “potencial ameaça” respondem de acordo com os seus instintos de luta e fuga, o que acarreta riscos não apenas para a segurança de pessoas, inclusive o tutor ou seus familiares, mas para o próprio animal, com os riscos de estrangulamento e asfixia a serem uma realidade. As correntes não criam guardas nem seguranças, as correntes criam agressividade nos cães, o que não é sinónimo de proteção.

Quer a legislação comunitária quer a nacional (Decreto-lei n.º 276/2001 de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 315/2003 de 17 de dezembro) aludem aos efeitos nefastos do acorrentamento, garantindo que os animais devem dispor do espaço adequado às suas necessidades fisiológicas e etológicas, como sejam a prática de exercício físico adequado, a fuga e refúgio perante a agressão por parte de outros (artigo 8.º). Concomitantemente, exigem que as instalações onde os animais são mantidos disponham de condições de temperatura, ventilação e luminosidade e obscuridade adequadas à manutenção do conforto e bem-estar das espécies que albergam, possuindo abrigos para que estes se protejam de condições climáticas adversas (art 9.º).

Frequentemente, esta prática ocorre por ignorância dos tutores da capacidade de senciência dos seus animais e/ou conjuntamente com as dificuldades económicas para a criação de um espaço livre de correntes, bem como por hábitos ou costumes passados de geração em geração, e não propriamente por crueldade.

Entendemos ainda que é possível promover o bem-estar animal através da sensibilização e educação da população, alertando para os comportamentos que, para além de infratores da lei, comprometem esse desiderato, como aliás já acontece noutros municípios (ex: Sintra).

Assim, tendo por base as competências do município na área do bem-estar animal, a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020, delibera recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

- 1) Promova uma campanha de sensibilização contra o acorrentamento de animais, nomeadamente canídeos, através de meios que reporte eficazes para o fim em vista;*
- 2) Adote procedimentos para que aquando da adoção de animais no CROAC seja, por um lado, prestada informação aos adotantes sobre os efeitos nefastos do acorrentamento, e, por outro, garantido, na medida do possível, que o animal adotado não será exposto ao acorrentamento, salvaguardando que, em caso de absoluta necessidade e não havendo alternativa praticável, este deve ser temporário, limitado ao período mais curto possível e estritamente necessário.”*

Suzel Costa (PAN) – Para alterar a parte resolutiva na recomendação, retirar “(...) vem a representação municipal do PAN (...)”. No mesmo modo que na recomendação anterior.

Presidente da Mesa – A recomendação ficará deste modo: “Assim, tendo por base as competências do município na área do bem-estar animal a Assembleia Municipal de Setúbal propõe, na sua sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020, deliberar recomendar à Câmara Municipal de Setúbal”.

Jerónimo Lopes (CDU) – Relativamente esta recomendação sugeria que esta questão continuasse a ser acompanhada na comissão. Colocava esta formulação, porque a comissão realizou recentemente uma visita bastante interessante ao CROAC, que mais à frente na continuação dos nossos trabalhos daremos conta. A comissão tem trabalhado sobre um conjunto de aspetos relativos ao bem-estar animal, e tem tido a colaboração da senhora vereadora. Aquilo que aqui é colocado já é prática da Câmara Municipal de Setúbal, relativamente à questão das adoções, às condições que são dadas para as adoções, à sua sensibilização e ao seu acompanhamento. Há condições que o próprio regulamento prevê, em que o acorrentamento é indispensável. As questões do acorrentamento permanente que aqui é colocado, merecem alguma discussão. Colocando estas questões que são prática corrente do

município, como é o caso das ações de sensibilização, e o facto da comissão trabalhar nesta área, julgo que se trata de um assunto a não deixar de acompanhar e a melhor forma de o fazer é continuar a tratá-lo na comissão. Esta nota, do trabalho que o executivo faz e que a própria comissão também tem feito, com prejuízos daquilo que o deputado Paulo Calado há pouco referia, que é o único atraso que temos nesta comissão, a questão da sinistralidade rodoviária e à qual teremos que dar resposta mais tarde ou mais cedo.

Suzel Costa (PAN) – Aceito que a recomendação baixe à comissão, para os efeitos e considerações que o senhor deputado Jerónimo Lopes fez.

Presidente da Mesa – Tendo em conta o entendimento que houve entre as bancadas relativamente a esta recomendação, coloco à votação que a recomendação apresentada pelo PAN baixe à Comissão de Ambiente Urbanismo e Mobilidade.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta que baixe à Comissão de Ambiente Urbanismo e Mobilidade.

Presidente da Mesa – Temos uma moção apresentada pela bancada da CDU “*Ampliação do Hospital de São Bernardo. Investimentos em equipamentos de cuidados de saúde em Setúbal*” (conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Moção

“Ampliação do Hospital de S. Bernardo e investimentos em equipamentos de cuidados de Saúde em Setúbal”

No passado dia 27 de março de 2019, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) aprovou o Projeto de Construção de um Novo Edifício para o Hospital de São Bernardo. Esta nova infraestrutura de saúde compreende a construção de raiz de um novo edifício de 4 pisos que visa acolher o novo serviço de urgências e todos os serviços atualmente a funcionar no Hospital Ortopédico do Outão. O edifício projetado representará uma expansão e uma modernização do Centro Hospitalar de Setúbal, que passará, com este investimento, a ter todos os serviços e valências a funcionar no mesmo espaço de forma integrada, na demanda de mais e melhor de resposta às necessidades da população do concelho de Setúbal a nível de cuidados de saúde.

Notícias recentemente publicadas vieram criar dúvidas sobre a concretização e o desenvolvimento do projeto de ampliação do Hospital de S. Bernardo do Centro Hospitalar de Setúbal por ausência de verba prevista no Orçamento do Estado para 2020, contrariando compromissos públicos e deliberações do anterior Governo.

Após uma análise aprofundada dos mapas e da proposta de lei que concretizam a proposta de Orçamento do estado para 2020 aprovada no passado dia 6 de fevereiro, conclui-se que a verba de 11,1 milhões de euros referida no Relatório do Orçamento não existe. Do total de 304,8 milhões de euros de investimentos nas Entidades Públicas Reclassificadas do Ministério da Saúde, previstos para 2020, apenas 5,11 milhões se referem ao Centro Hospitalar de Setúbal, dos quais 1,62 milhões de euros se destinam a despesas de investimento em construção.

De facto, até hoje ainda ninguém foi capaz de identificar a rubrica orçamental onde se encontra tal verba, essencial para o lançamento do concurso público internacional para a concretização do projeto. Mesmo as declarações dos eleitos do PS, suporte do Governo

minoritário, apenas confirmam que este se encontra a procurar meios de financiamento para o projeto que consideram necessário.

Considerando que:

- *A alínea i) do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019, publicada no Diário da República n.º 84, Série I de 2 de maio de 2019, que aprova o Programa de Investimentos na Área da Saúde e autoriza a respetiva despesa, prevê a construção de um novo edifício para o Serviço de Urgência do Hospital de S. Bernardo, do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., no montante de € 17 163 291,82, incluindo IVA à taxa legal em vigor;*
- *A 13 de maio de 2019, em entrevista publicada no jornal Diário da Região – Setubalense, foi anunciado que a ampliação do Hospital de S. Bernardo se iniciaria ainda em 2019, que 2020 seria o ano principal da construção, prevendo-se a sua conclusão em 2021;*
- *Segundo informações recolhidas junto do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, o lançamento do concurso público internacional relativo à empreitada da construção da ampliação do Hospital de S. Bernardo, estando autorizado pela referida Resolução do Conselho de Ministros, carece de cabimentação orçamental para assegurar a aprovação pelo Tribunal de Contas;*
- *No Relatório do Orçamento do Estado para 2020 (pp. 186) o Programa de Investimentos na Área da Saúde tem previstos encargos de 11,1 milhões de euros para o Centro Hospitalar de Setúbal financiados pelo Orçamento do Estado para 2020;*
- *O Centro Hospitalar de Setúbal E.P.E. é uma entidade pública reclassificada, e que as entidades públicas reclassificadas, na sua génese jurídica, constituem entidades do sector público empresarial, mas que, por força da Lei de Enquadramento Orçamental e dos critérios definidos no SEC - Sistema Europeu de Contas Nacionais, são objeto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas;*
- *O Mapa de Desenvolvimentos Orçamentais dos Fundos e Serviços Autónomos do Ministério da Saúde que acompanha a Proposta do Orçamento do Estado para 2020 apenas prevê em investimento para construção de edifícios no Centro Hospitalar de Setúbal uma verba de € 1.623.797;*
- *Em 3 de Abril de 2019, através da Deliberação n.º 136/19 a Câmara Municipal de Setúbal aprovou o protocolo de cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal com vista à construção de três unidades de saúde no concelho de Setúbal, na Freguesia de S. Sebastião, na União de Freguesias de Setúbal e na União de Freguesias de Azeitão;*
- *Em 23 de Dezembro de 2019, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo comunicou a aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Setúbal para financiamento da construção da Unidade de Saúde de Azeitão, no âmbito do Protocolo de Cooperação anteriormente referido.*

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 28 de fevereiro de 2020, delibera:

1. *Exigir aos responsáveis governamentais pelas Finanças e pela Saúde todas as medidas políticas e financeiras necessárias ao imediato lançamento do concurso público internacional para a empreitada de ampliação do Hospital de S. Bernardo do Centro Hospitalar de Setúbal, previsto no Programa de Investimentos na Área da Saúde;*
2. *Exigir aos responsáveis governamentais pelas Finanças e pela Saúde a abertura de linhas de financiamento para a concretização do Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Setúbal que*



assegure a construção de três unidades de saúde no Concelho de Setúbal, previstas para a União de Freguesias de Azeitão, a freguesia de S. Sebastião e para a União de Freguesias de Setúbal;

- 3. Saudar as populações, as comissões de utentes e todos os profissionais do sector da saúde, que tanto têm lutado para que estas infraestruturas se tornem realidade, manifestando-lhes todo o seu apoio, solidariedade e empenho nesta demanda pela sua construção, que constituirá igualmente justo reconhecimento pelo seu incansável e abnegado trabalho.”*

Manuel Fernandes (PS) – Como autarcas da Assembleia Municipal de Setúbal revemo-nos no consenso que foi criado quanto à necessidade de ampliação e modernização do Centro Hospitalar de Setúbal. Os considerandos apresentados na moção refletem acima de tudo avanços e compromissos. Avanços e compromissos, quando a moção refere o programa PIAS, orçado em 91 milhões de euros. Avanços e compromissos, quando as entrevistas da divulgação pública da obra são sempre posteriores às decisões tomadas pelo Ministério da Saúde e também ao Conselho de Ministros. Avanços e compromissos, quando na moção vem referido o protocolo de cooperação entre a Administração Regional de Saúde e a Câmara Municipal, para os três novos centros de saúde no concelho. Avanços e compromissos, quando a candidatura da construção da nova unidade de saúde de Azeitão obteve a aprovação da CCDR. Perante todos estes avanços e compromissos não se compreende a palavra “*exigir*” na moção. A palavra “*exigir*”, de acordo com a proposta da bancada do Partido Socialista e se a CDU assim o entender, deverá ser retirada, se não o fizerem nós não poderemos acompanhar. Aquilo que mais necessita é uma clarificação em termos de fundo de financiamento e não de uma exigência daquilo que já está decidido. Perante este motivo não acompanharemos se a palavra “*exigir*” constar na moção e abster-nos-emos.

Jerónimo Lopes (CDU) – O ponto de partida desta moção, curiosamente é uma saudação apresentada pelo Partido Socialista nesta Assembleia Municipal em abril do ano passado, em que nós fizemos bem em não aprovar, e dissemos que iríamos esperar pela concretização daquilo que mais uma vez nos é permitido. O que se trata de facto, é fazer o ponto da situação e o esclarecimento relativamente àquilo que falta, para que as obras passem à fase de concretização. Mas perante aquilo que é dito, nada é evidenciado! O compromisso existe, a exigência de que se concretize têm que ser unânime, daqueles que pretendem um melhor serviço público, resolver os constrangimentos que existem e que os centros de saúde, nomeadamente esses três sejam concretizados. Se o Partido Socialista está refém de outros compromissos que não aqueles que aqui estão referidos e daqueles que têm com a população e com os utentes, nós lamentamos muito. Aquilo que dizemos é o mesmo que dissemos em abril do ano passado. Infelizmente a coisa ainda não está no terreno e nós exigimos que se faça a obra, porque olhamos, por exemplo, para o Hospital do Seixal que ficou em promessa e o mesmo se passou com o Convento de Jesus. Podemos recuperar promessas e garantias feitas na Assembleia da Republica por deputadas do Partido Socialista. É disto que estamos a falar. Esta assembleia deve exigir que os compromissos, que muito bem foram colocados, sejam dotados dos meios para ser cumpridos.

Saudar também, porque é importante não tecer loas ao Governo que ainda não concretizou, mas saudar os utentes e os profissionais de saúde por aquilo que têm feito e pelo que vão ter

que continuar a fazer, para que a obra se concretize. Esta assembleia tem todo o dever de dizer que está ao lado deles e que vai continuar a pugnar por essa execução.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 votos da CDU, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, e 9 votos contra do PS.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, Celestina Neves, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Manuel Véstias dos Santos e mais dois deputados da CDU.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apenas para referir que o facto da bancada do Partido Socialista se abster na votação desta moção prende-se simplesmente ao facto de que não visa, puro e simplesmente, esclarecer quais as fontes de financiamento, o que era pertinente que esta moção aqui frisasse.*

Se a intenção não era perceber ou clarificar alguma pertinência que a moção tenha, o Partido Socialista revê-se completamente naquilo que já são os compromissos assumidos e quanto a esse aspeto, para além de louvar e saudar os profissionais de saúde, louva também aquilo que foi o esforço do Ministério da Saúde no assumir dos compromissos, assim como a Administração do Hospital de Setúbal.”

Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN acompanha esta moção e recorda que foi a força política na Assembleia da República que, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado 2020, apresentou uma proposta que propunha o cabimento da verba do investimento necessário e urgente para o Hospital de São Bernardo de Setúbal para a construção de um edifício para o serviço de urgências do Centro Hospitalar.*

Lamentavelmente rejeitado por algumas das forças políticas que aqui se encontram e com as abstenções também de outras que aqui estão presentes.

É óbvio que os aumentos anunciados na saúde, na prestação e nos cuidados de saúde no concelho de Setúbal têm dificuldades em atravessar o Tejo e em particular em chegar ao nosso Município.”

Presidente da Mesa – Temos agora dois Votos de Pesar, apresentados pelo PPD/PSD, pelos falecimentos de Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto e Vasco Pulido Valente (conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata).

“Voto de Pesar

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

O Eng.º Álvaro Barreto faleceu em Lisboa a 10 de fevereiro de 2020, aos 84 anos de idade.

O Eng.º Álvaro Barreto teve uma vida ao serviço de Portugal, tendo-se notabilizado como gestor e como governante, colocando o melhor do seu saber, talento e trabalho ao Serviço da coisa pública, do desenvolvimento da economia portuguesa e da integração do nosso país na União Europeia.

O seu mérito profissional foi reconhecido em 31 de julho de 1967 pela República Portuguesa, que o distinguiu aos 31 anos de idade como Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial.

O Eng.º Álvaro Barreto viria a aderir ao Partido Popular Democrático em 1974, logo após a sua fundação. Seria militante do Partido Social Democrata (PPD/PSD) ao longo de toda a sua vida, tendo sido igualmente uma das suas principais referências.

Iniciou a sua atividade política nacional em 22 de novembro de 1978 quando exerceu, pela primeira vez, funções governativas, ao ser nomeado Ministro da Indústria e Tecnologia do IV Governo Constitucional, que tinha como Primeiro-Ministro Carlos da Mota Pinto.

Iniciaria então um destacado percurso como governante, que incluiu a chefia de seis ministérios em sete governos constitucionais, chefiados por seis primeiros-ministros diferentes.

Distinguir-se-ia igualmente como gestor de topo nalgumas das empresas mais relevantes do país. Após a sua primeira passagem pelo governo foi nomeado em 1979 presidente do Conselho de Administração da TAP, cargo que abandonou no ano seguinte, ao ingressar no primeiro governo da Aliança Democrática, como Ministro da Indústria e Energia do VI Governo Constitucional, chefiado por Francisco Pinto Balsemão.

No período subsequente à era dos governos da Aliança Democrática, o Eng.º Álvaro Barreto voltou a exercer funções governativas, em 1983, no IX Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, exercendo as funções de Ministro do Comércio e Turismo, tendo em 1984 passado a desempenhar as funções de Ministro da Agricultura.

O Eng.º Álvaro Barreto manter-se-ia na pasta da agricultura nos governos de Aníbal Cavaco Silva, tendo sido seu Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, no X e no XI Governos, até janeiro de 1990. Ao todo foi durante quase seis anos o principal responsável governativo pela pasta da agricultura. Foi com o seu impulso e a sua visão estratégica que se deu um salto qualitativo importante para a modernização, qualificação e competitividade do setor agrícola português. Foi ainda sob a sua ação que se normalizaram definitivamente os excessos da Reforma Agrária, se deu a recuperação de muitas propriedades ocupadas e arruinadas, e se preparou a execução do grande projeto de investimento público do Alqueva.

Exerceu as funções de deputado à Assembleia da República durante catorze anos na II, IV, V, VI, VII, VIII e IX Legislaturas, onde se distinguiu e integrou várias comissões parlamentares.

Em 2004 o Eng.º Álvaro Barreto seria ainda nomeado para o seu derradeiro cargo governativo, como Ministro de Estado, da Economia e do Trabalho, do XVI Governo Constitucional, exercendo as funções de número dois do governo.

Entre outras funções cívicas relevantes que exerceu contam-se ainda as de membro do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas, que desempenhou entre 1996 e 2002, membro do Conselho Social da Universidade de Coimbra, entre 1998 e 2001, e do Conselho de Planeamento e de Gestão Urbanística da Fundação Batalha de Aljubarrota, entre 2006 e 2012.

O seu brilhantismo e a sua ação foram igualmente reconhecidos na Europa: o governo de Itália concedeu-lhe a distinção Cavaleiro da Grã Cruz, o governo da Bélgica concedeu-lhe a Grande Cruz da Ordem de Leopoldo II, o governo da Noruega concedeu-lhe a Cruz de Santo Olavo, e o governo da Islândia concedeu-lhe a Grande Cruz da Ordem do Falcão.

Neste sentido, os eleitos do PSD propõem à Assembleia Municipal de Setúbal, que delibere na sua sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020.

º Prestar um minuto de silêncio pelo falecimento de Álvaro Barreto.

º Remeter o presente voto à sua família.”

“Voto de Pesar
Vasco Pulido Valente

Portugal perdeu um dos seus maiores historiadores, de espírito irreverente, que fazia questão de escrever e de dizer o que pensava, o que para ele era expectável e racional.

Mesmo quando se referia a amigos e/ou companheiros de partido, era um pensador livre, e como tal agia pela escrita. Quem não se lembra do maior crítico de Cavaco Silva nas colunas do Expresso, mesmo sendo militante do PPD-PSD, e mais atualmente contra António Costa no jornal Observador e no Público, sendo um defensor de Pedro Passos Coelho, que considerava um grande estadista.

Quem não o conhece como um dos maiores historiadores do século XIX, crítico político, político, escritor, cronista, professor universitário, coencenador... tantas outras que ficam por desvendar numa pessoa de espírito inquietante.

A sua independência intelectual fê-lo mudar de nome por seu livre arbítrio, aos 17 anos, por não gostar do seu verdadeiro nome, Vasco Valente Correia Guedes, que recebeu à nascença em 21 de novembro de 1941, em Lisboa.

Em 1962, era ele estudante de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, quando, contra o salazarismo, integrou um grupo de esquerda radical chamado MAR – Movimento de Ação Revolucionária –, liderado por Jorge Sampaio.

Vasco Pulido Valente viria, porém, a aproximar-se do grupo “O Tempo e o Modo”, dos católicos Alçada Baptista e João Bénard da Costa (onde aliás também acabaria por colaborar Jorge Sampaio).

Colaborou na publicação académica “Quadrante” (revista da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, iniciada em 1958) e na revista “Almanaque” (1959-61), e foi colaborador assíduo da imprensa desde a década de 1960.

Ganhou uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, nos finais dos anos 60, para concluir o doutoramento em História, na Universidade de Oxford, em Inglaterra, a qual terminou em 1974 com o trabalho final intitulado “O Poder e o Povo: a Revolução de 1910”, cada vez mais convicto de que, se não tivéssemos tido o 25 de novembro, Portugal entrava num terrorismo.

Lecionou no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Foi investigador coordenador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi autor de vários livros sobre temas da História e factos políticos, incluindo ainda várias biografias.

Com a vitória da Aliança Democrática nas eleições legislativas de 1979, foi chamado a integrar o VI Governo Constitucional, dirigido por Francisco Sá Carneiro, como Secretário de Estado da Cultura.

Em 1986 foi apoiante de Mário Soares na sua primeira candidatura presidencial, por quem tinha uma admiração pessoal e uma profunda amizade.

Em 1995 foi eleito deputado à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata.

Desde 1974 destacaram-se as suas colunas de análise política nos jornais, que fizeram dele um dos mais interessantes cronistas, muitas vezes considerado polémico. Colaborou assim com os jornais O Independente, Expresso, O Tempo, Diário de Notícias e a revista Kapa. Escreveu durante cerca de uma década para o Público, tendo escrito no Observador de 2016 a 2017. Foi também comentador do Jornal Nacional (TVI). Em 2017 parou de escrever por motivos de saúde, mas retomaria em 2019 a colaboração com o Público até à sua morte.

Foi coargumentista dos filmes “O Cerco”, de António da Cunha Telles (1970) e “Aqui d’El Rei!”, de António Pedro Vasconcelos (1992), e argumentista do filme “O Delfim”, de Fernando Lopes (2002).

Escreveu obras tais como *O poder e o povo: A revolução de 1910* (1976); *O País das Maravilhas* (1979); *Estudos sobre a crise nacional* (1980); *Tentar perceber* (1983); *Às avessas* (1990); *Retratos e autorretratos: ensaios e memórias* (1992); *Os devoristas: a revolução liberal (1834–1836)* (1993); *Esta ditosa pátria* (1997); *Os militares e a política: 1820–1856* (1997), *A República «Velha» (1910-1917)* (1997), entre outros, e sempre atuais.

Morreu no dia 21 de fevereiro de 2020, aos 78 anos.

Neste sentido, os eleitos do PSD propõem à Assembleia Municipal de Setúbal, que delibere na sua sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020:

- ° Prestar um minuto de silêncio pelo falecimento de Vasco Pulido Valente.
- ° Remeter o presente voto à sua família.”

Paulo Calado (PPD/PSD) – Nós apresentamos dois votos de pesar e vou dispensar a leitura, mas como julgo serem duas figuras importantes na nossa história contemporânea, os próprios votos de pesar falam por si, por essa razão a bancada do PSD apresenta estes dois votos de pesar e propõe um minuto de silêncio que, obviamente, poderá ser cumulativo para as duas pessoas falecidas.

Afonso Luz (CDU) – Vou-me referir também aos dois votos de pesar, tratam-se de duas personalidades com quem politicamente mantivemos sempre grandes divergências, em especial de referir que não podemos esquecer o papel que o engenheiro Álvaro Barreto acabou por ter na destruição do aparelho produtivo nacional, nomeadamente na agricultura, mas evidentemente que nos associamos a estes votos de pesar.

Gostaria também de aproveitar para dar aqui uma informação a esta assembleia relativamente a votos de pesar, a mãe do ex-deputado municipal do PSD, Dr. José Miguel Dias Pereira, enviou para a CDU o seu agradecimento pela apresentação do voto de pesar pelo falecimento do seu filho.

Não havendo mais intervenções foram os votos de pesar aprovados por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Presidente da Mesa – Temos finalmente a Moção incluída na nossa ordem de trabalhos, apresentada pelo Bloco de Esquerda “Pelo respeito pelo Poder Local e por um aeroporto que sirva o interesse público” (conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata).

“Moção

Pelo respeito pelo Poder Local e por um aeroporto que sirva o interesse público

Considerando que:

1) A Avaliação de Impacte Ambiental para a instalação de um aeroporto no Montijo revelou efeitos negativos na biodiversidade e na avifauna que não poderão ser compensadas por

medidas de mitigação e preocupações em relação ao futuro da zona de construção - que poderá vir a ficar submersa dentro de alguns anos;

II) O projeto Portela+1 com a construção de um Aeroporto no Montijo não evita, antes obriga a uma extensão do atual Aeroporto Humberto Delgado, provocando uma sobrecarga do tráfego aéreo com graves prejuízos para o ambiente e saúde e segurança públicas;

III) Ao contrário de outras opções possíveis, a Base Aérea nº 6 no Montijo nunca foi objeto de uma Avaliação Ambiental Estratégica nem de nenhum estudo que permitisse comparar vantagens e desvantagens face a outras localizações.

IV) Várias organizações da sociedade civil, desde associações ambientais a ordens profissionais, têm considerado, com fundamentação técnica e científica relevante, a construção de um aeroporto no Montijo um erro;

V) Não se tem provado o interesse público, antes verificado o interesse privado da VINCI, na construção de um aeroporto civil no Montijo;

VI) A lei em vigor prevê a obrigatoriedade de parecer positivo de todas as autarquias potencialmente afetadas pela instalação de um aeroporto no Montijo, o que não se verificou.

VII) Perante a oposição de algumas autarquias, a ANA anunciou e o Governo confirmou a intenção de alterar a lei de forma a dispensar o parecer das autarquias num projeto que terá impactos incontornáveis na qualidade de vida das populações e no território.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão pública em 28, de fevereiro, delibera:

1 - Instar o Governo e a Assembleia da República a respeitar a autonomia do Poder Local, não modificando o quadro legal atualmente em vigor e que obriga a Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) a recolher parecer positivo de todas as autarquias potencialmente afetadas pela instalação de um aeroporto para autorização da construção do mesmo;

2 - Instar o Governo a encontrar uma localização alternativa ao Montijo para a instalação de um novo aeroporto, no estrito respeito da legislação em vigor e do interesse público.”

Afonso Luz (CDU) – Este é um tema que tem vindo a ser muito debatido nos últimos tempos, mas entendemos que o Governo se encontra completamente refém dos interesses da VINCI, é mais uma vez a questão dos negócios à frente dos interesses do país.

O PS está isolado nesta matéria, embora não nos esqueçamos que foi com o PSD, no Governo de Passos Coelho, que toda esta questão da defesa da solução Montijo teve início, mas nós revemo-nos na moção aqui apresentada e iremos votar favoravelmente.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Em relação ao tema desta moção, é conhecida a posição do PSD. Em relação aos dois pontos que são apresentados, íamos pedir que a votação dos mesmos fosse feita separadamente, uma vez que a decisão do novo aeroporto é importante também para a nossa região.

É uma questão que, infelizmente para que possa avançar a solução, os partidos da denominada geringonça, neste caso da pequena geringonça, uma vez que o PS e o PCP não se entendem por questões que tem que ver com várias razões, entendemos que estes dois pontos devem ser votados separadamente.

Se o Sr. Presidente o entender propor a esta assembleia, é esse o pedido que fazemos, porque consideramos que neste momento localizações alternativas podem sempre colocar-se, obviamente, mas serão sempre voltar atrás, serão reversões como os senhores têm defendido nestes quatro anos. Neste momento não temos uma posição de princípio, porque está, no



fundo, tomada uma decisão de princípio também que a extensão ou uma parte do novo aeroporto, vamos chamar assim, seria no Montijo.

Jerónimo Lopes (CDU) – Naturalmente que subscrevemos a moção e os seus considerandos. Obviamente que estamos em sintonia relativamente ao erro que seria a construção de um apeadeiro no Montijo e à caracterização que foi feita relativamente a esta matéria.

A questão que se nos coloca é esta, não há necessidade de mais estudos relativamente à localização, há que de facto avançar com a localização que foi já devidamente estudada, em Alcochete.

Aqui no segundo ponto, o que suscitava ao Bloco de Esquerda era eventualmente a reformulação ou a retirada “construa-se”, ainda que de forma faseada, mas o aeroporto em Alcochete conforme estava decidido antes desta inflexão.

Manuel Fernandes (PS) – A bancada do Partido Socialista, até porque em assembleias municipais anteriores, já sublinhou várias vezes os argumentos que foram já dissertados pelas várias forças políticas em relação à sua posição face àquilo que é a construção de uma nova infraestrutura aeroportuária.

Considerando tudo aquilo que já foi dito no passado e aquilo que é o ponto de situação atual, obviamente que nunca poderíamos acompanhar uma moção que nada traz de novo a não ser mais dúvidas e mais imprecisões e incertezas em relação ao futuro.

O que a moção nos propõe é que voltemos, outra vez, 50 anos atrás, que comecemos novamente a ter locais, comecemos novamente a divagar sobre o assunto e a procurar estudos comparativos. O que sempre houve e o que nunca se decidiu em função daquilo que são as necessidades das populações é agora uma urgência do país.

Partindo do princípio que esta matéria já está mais do que debatida e tendo em conta o que já foi proposto, votar os dois pontos em separado, se a moção for votada na sua globalidade a bancada do Partido Socialista obviamente que estará contra por tudo o que já foi dito, até mesmo em sessões anteriores. Se os pontos forem votados em separado, o Partido Socialista acompanhará o primeiro ponto e votará contra o segundo ponto.

João Viegas (CDS-PP) – Muito rapidamente anunciar que votarei contra esta moção, independentemente, da separação da votação dos pontos, até porque aquilo que se percebeu nesta discussão, não sei se o que move verdadeiramente as bancadas é aquilo que está aqui assinalado no ponto um “respeitar a autonomia do Poder Local”.

O que se percebe da bancada da CDU, independentemente disso, é a solução que apresentaram, que foi Alcochete e não equaciono qualquer alternativa a este projeto.

Isto não é trabalhar pelo interesse da região, no meu entender, nem pelo interesse das pessoas desta região, portanto não faz sentido votar favoravelmente esta moção.

Vitor Rosa (BE) – Começando pela questão levantada pela CDU, pelo deputado Jerónimo Lopes, dizer que não iremos abdicar deste ponto, de criar aqui pontos de localizações alternativas. Essa é a posição do PCP, é a posição da CDU, é a mais conhecida de reivindicar, de assentar toda a sua posição em torno de Alcochete, nós entendemos que poderá ser equacionado outras alternativas e não iremos abdicar de manter este segundo ponto.

Relativamente às outras matérias, esta é do foro da discussão política, cada partido tem a sua opção ou a sua opinião clara sobre este tema e julgo que não se justifica, de forma alguma, estarem a colocar os dois pontos ou a fazerem a votação ponto a ponto.

Mantenho a moção tal como ela se encontra.

Presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, houve aqui algumas sugestões colocadas pelas bancadas e o proponente mantém a sua posição, ou seja, mantém a moção na sua totalidade conforme foi apresentada.

Vou pôr a votação a proposta na sua globalidade, de acordo com o proponente.

Jerónimo Lopes (CDU) – Uma interpolação à Mesa, digamos que é um pedido de esclarecimento. Tenho dificuldade em perceber que relativamente à eventual baixa de uma recomendação à Comissão seja colocado ao plenário se está de acordo ou não, independentemente, do proponente aceitar. No que diz respeito à votação de uma proposta na globalidade ou articulada já fica em absoluto à decisão do proponente se sim ou não.

Parece-me haver alguma incoerência da gestão desse e suscitava à Mesa que ponderasse e clarificasse qual é o procedimento sobre as matérias que me parecem idênticas.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Jerónimo Lopes tem toda a razão, só que o que o senhor deputado Paulo Calado disse que se os dois pontos fossem votados em separados que o PSD votaria a favor do primeiro... Alguém disse então. Peço desculpa.

Senhor deputado Paulo Calado agradecia que fizesse novamente a sua proposta ou sugestão.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Às vezes os astros alinham-se de forma estranha e hoje tem acontecido isso.

O que eu propus foi a votação dos dois pontos em separado e é uma proposta que também me parece que faz sentido ser votada antes, mas deixo à consideração da Mesa. Obviamente que teremos sempre uma posição em separado ou em conjunto.

Presidente da Mesa – Ó senhor deputado não vamos estar agora aqui a discutir estas coisas, mas o que entendi foi que o senhor deputado disse que era conhecida a posição do PSD...

O senhor disse. Peço desculpa, o senhor deputado disse que era conhecida a posição do PSD sobre este assunto e que se fizesse a separação dos pontos votava a favor do primeiro ponto e contra o segundo ponto.

Não vamos discutir isto, porque a questão que se coloca aqui é uma questão que o senhor deputado Jerónimo Lopes colocou e que queria que ficasse clarificado.

Uma coisa é os senhores deputados dizerem que se for assim, tudo bem, votam contra ou a favor. Para mim a questão é esta, os senhores deputados quando querem que seja votado de forma diferente dizem “*a minha bancada propõe que*”. Não foi esse o meu entendimento, agora retomando a intervenção inicial do senhor deputado na qual diz “*Nós propomos*”, naturalmente que considerarei, mas como não entendi que o senhor deputado tinha dito “*propomos*” e entendi que se for assim é de uma maneira e se for de outra será de outra, por isso é que eu não punha uma segunda ou uma terceira alternativa, em termos da votação da proposta.

Por isso é que digo que iria apenas votar a proposta inicial do Bloco de Esquerda, porque não entendi que alguém tivesse feito uma proposta. Agora o senhor deputado está a dizer “*Eu proponho*” e, portanto, estamos noutro quadro.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Estas reuniões são gravadas e o Sr. Presidente poderá ouvir, é pena não podermos ouvir já.

Foi exatamente isso que propus desde o início, a intervenção que me está a imputar não foi eu que a fiz, foi o deputado Manuel Fernandes.

Eu propus, independentemente, do resto do que disse, que os pontos fossem votados em separado e não o solicitei agora, foi logo na primeira intervenção, é só para precisar isso.

Presidente da Mesa – Só precisava que o senhor me dissesse isso agora, porque não entendi, ou melhor, entendi de forma diferente.

Senhores deputados, o que temos aqui é uma proposta. Já agora, senhor deputado Manuel Fernandes propôs ou afirmou? Não propôs. Daí a minha questão.

Manuel Fernandes (PS) – Apenas para clarificar, como tinha sido avançado essa hipótese pela bancada do PSD, nós supusemos logo as duas hipóteses de votação.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, julgo que está esclarecida a situação e vamos primeiro pôr à consideração da Assembleia Municipal a votação da separação do primeiro ponto e do segundo ponto da votação da moção.

A questão é, neste caso, como diz o senhor deputado Jerónimo Lopes, como inicialmente entendi é que não havia nenhuma proposta, havia apenas considerações de que votariam desta ou daquela maneira, mas como agora se clarificou que há uma bancada que propôs que haja uma votação em separado e, portanto, votamos a proposta e depois votamos a alternativa.

Vitor Ferreira (PS) – Eu não sou jurista, mas todos nós temos alguns anos disto e apelo um bocadinho também à experiência que alguns de vós já têm.

Não tenho a certeza de ser possível decidirmos em plenário votar ponto por ponto sem o proponente aceitar, tratando-se de uma moção. Não tenho a certeza e precisaria aqui de algum apoio jurídico e estou a dizê-lo com a humildade necessária nestas situações, porque se o fizermos e não o estivermos a fazer bem, do ponto de vista jurídico, não é correto.

Se calhar, agiria com alguma cautela, se bem que para a nossa bancada seria confortável podermos votar favoravelmente um dos pontos e assumir a nossa posição contra no outro, mas julgo que, nesta questão, tratando-se de uma moção a opinião, a decisão final do proponente é a que se sobrepõe.

Presidente da Mesa – Senhor deputado Vitor Ferreira, obrigado pela sua chamada de atenção e como sabemos que há juristas aqui na sala, solicitava que pudessem dar uma ajuda.

Sobre esta questão tenho a minha interpretação e já disse qual era, julgo que ficou claro, mas tendo em conta a questão que o senhor deputado Vitor Ferreira colocou e, como também não sou jurista, se houver alguém que possa dar aqui uma ajuda, naturalmente que a Mesa agradece.

Paulo Calado (PPD/PSD) – A nossa bancada propôs a votação em dois pontos. Obviamente que uma moção é um texto integral e que pode ser entendido que todos os pontos devem ser votados. A verdade é que esta moção da forma como está escrita possibilita a votação em separado, independentemente da vontade do proponente. O texto final que sai desta assembleia não é da bancada A ou B, é desta assembleia e esse para mim é o meu ponto de vista jurídico, é discutível talvez, mas não vejo que haja nenhum problema desde que a assembleia o queira fazer. Até poderia surgir aqui, imaginemos, um texto absurdo se fossem vários pontos e até contraditórios, mas isso era um problema da assembleia.

O proponente, tal como nós que também fizemos uma proposta relativamente a este texto, que temos toda a liberdade para o fazer, é esse o meu entendimento, não vejo que haja aqui violação a nenhuma norma jurídica. No entanto, deixo à consideração da Mesa, uma vez que é a Mesa que tem que tomar essa decisão se propõe ou não à votação.

Presidente da Mesa – Já agora temos aqui mais um ilustre jurista, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, e gostava que também desse a sua opinião relativamente ao assunto em questão, já que a Câmara Municipal também faz parte desta Assembleia Municipal, também é parte integrante.

Vice-Presidente da Câmara – Retirando o ilustre jurista, poder dar aqui um contributo, parece-me óbvio e sustentado nas normas legais.

Há uma lei de Competências das Autarquias Locais que diz quais é que são as matérias que a Assembleia Municipal não pode alterar, e todas as outras pode. Ora isto é uma deliberação, no final não é a vontade da bancada do proponente que vale, é a vontade coletiva do órgão que delibera e este pode alterar ou não alterar, rejeitar ou aprovar.

Presidente da Mesa – Senhores deputados, tenho essa ideia que, de facto, os documentos que vêm à Assembleia Municipal, a não ser aqueles que em que a assembleia não pode fazer as alterações, que a decisão é da assembleia e não é de nenhum deputado ou grupo político.

Julgo que aquilo que eu estava a sugerir é a forma mais correta de avançarmos e por isso proponha que, em primeiro lugar, se pusesse à consideração da assembleia a separação dos dois pontos que estão na moção. Se a assembleia votar a favor, fazemos a votação dos dois pontos em separado, mas em caso de a assembleia votar contra, proponha que se retomasse a proposta na sua globalidade apresentada pelo proponente.

Encontravam-se ausentes da sala de sessões, os senhores deputados João Silva (CDU), Diamantino Estanislau (CDU) e Carla Vilhena (PPD/PSD).

O Presidente da Mesa colocou à consideração da assembleia a separação na votação final dos dois pontos apresentados na moção, a qual foi aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 2 votos contra do BE e uma abstenção do PAN.

De seguida o Presidente da Mesa colocou a votação o primeiro ponto da moção, o qual foi aprovado por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 18 da CDU, 9 do PS, 3 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 de AC, e uma abstenção do CDS-PP.

O Presidente da Mesa colou a votação o segundo ponto da moção, o qual foi reprovado por maioria e em minuta, com 28 votos contra, 18 da CDU, 9 do PS e 1 do CDS-PP, 4 abstenções, 3 do PPD/PSD e 1 de AC, e 3 votos a favor, 2 do BE e 1 do PAN.

Regressou à sala de sessões a deputada Carla Vilhena (PPD/PSD).

Vitor Rosa (BE) – Ao utilizarmos este método, isto desvirtua completamente o sentido político desta moção e quero tentar perceber como é que na globalidade esta moção fica.

Jerónimo Lopes (CDU) – É apenas para uma clarificação.

Entenda-se que a votação na globalidade é a moção, os considerandos e apenas com o ponto um que foi aprovado.

Parece uma repetição, mas de facto é a concretização formal.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Tenho algumas dúvidas sobre este processo. Nós fazemos muitas sugestões nas moções de alterações de texto que o proponente depois as aceita ou não.

Isso é frequentíssimo dizermos “*se tirarem este ponto nós votamos a favor*” e o proponente diz se tira ou não tira.

Daqui para a frente vamos colocar ao plenário se aceita ou não? Julgo que não, não faz sentido. Mas é uma proposta de alteração à moção e acho que não faz sentido, aliás fazendo aqui um contacto rápido com o jurista da junta e ele disse que não era possível.

Qualquer das formas, julgo que devíamos ter mais segurança sobre este processo, porque vai abrir aqui um precedente e daqui para a frente passa a ser de maneira diferente.

Assim vamos começar a perder, para já, muito mais tempo nas moções, o que me causa algum desconforto e o proponente é o proponente nesta matéria e devíamos ter, de facto, mais certeza no processo.

Contactei aqui o jurista e ele disse que não era possível, assim de repente. Não sei, não sou jurista, não queria embrulhar isto mais, mas...

Jerónimo Lopes (CDU) – Senhores deputados peço a vossa atenção sob pena de passarmos o resto da noite a discutir o que é que é discutível e o processo de votação.

Pela pouca razoabilidade que acho que alguns dos argumentos têm, de facto, mas não quero ir por aí agora e o que sugiro é que se complete a votação e que a Mesa e a Comissão Permanente posteriormente aprofundem esta questão.

Também não sou jurista, mas não tenho grande dúvida de que o processo que estávamos a utilizar é correto, é adequado. Não tenho! Depois poderão provar-me se é assim ou não.

Agora, neste momento, o que proponho é que concretizemos, façamos a votação na globalidade. Parece uma duplicação, porque a moção apenas tinha dois pontos, se ela tivesse doze e tivéssemos aprovado seis e rejeitado outros seis, se calhar fazia muito mais sentido, mas como tem apenas dois parece uma duplicação.

Proponho que concretizemos e se a Mesa deliberar de forma diferente a seguir, noutra sessão se verá, mas não vale a pena ficarmos aqui o resto da noite à volta disto.

Presidente da Mesa – Naturalmente que há aqui interrogações e até esta última consideração do senhor deputado Jerónimo Lopes faz todo sentido, mas considero que em todas as matérias, salvando aquelas em que a lei estabelece que a assembleia não pode interferir, a assembleia é soberana. É um ponto que pode ser discutível, mas é assim que entendo.

Votámos em separar os dois pontos, votámos o primeiro ponto e o segundo ponto, a assembleia votou a favor do primeiro e contra o segundo e agora proponho que se vote a moção na globalidade com o primeiro ponto e se a assembleia aprovar, a moção fica aprovada nos termos em que a assembleia o entendeu.

A Comissão Permanente em próxima reunião avaliará e naturalmente com outros dados da pertinência ou não deste tipo de procedimento nestas votações.

Vou pôr a votação a moção na globalidade e apenas com o ponto que foi aprovado.



Vitor Rosa (BE) – Só um esclarecimento Sr. Presidente, e se mais à frente vier a provar-se que juridicamente é errada a decisão tomada hoje, como é que nos poderemos precaver em relação a essa situação?

Presidente da Mesa – Entendo que o que for aprovado agora pela assembleia é sempre correto, porque a assembleia pronunciou-se e votou favoravelmente. O que poderá estar aqui em causa é que se pode entender que a assembleia não pode alterar uma moção ou uma iniciativa política de um partido. Se essa questão vier a ser colocada, estaremos sempre a tempo, porque agora não temos outros meios para sustentar outra posição, se a assembleia o entender, de voltar a trazer aqui a moção e fazê-la nos termos em que vier a ser considerado. Agora o documento que vier a ser aprovado nesta votação final global é um documento válido, porque é aprovado pela assembleia.

Antonieta Santos (CDU) – Quero também um esclarecimento. Esta moção vai ficar como uma moção apresentada por quem? A assembleia aprova a moção apresentada por quem?

Presidente da Mesa – A assembleia assumiu esta moção, a qual inicialmente foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, a assembleia pode no seu conjunto dos vários grupos entender fazer um texto e elaborar uma moção, uma recomendação, é uma iniciativa da assembleia e a partir do momento em que a assembleia votou contra a aceitação do segundo ponto, a assembleia assume esta iniciativa.

Antonieta Santos (CDU) – Estou esclarecida, só que a partir de agora todas as moções que possam aparecer aqui estão sujeitas a acontecer isso.

Presidente da Mesa – Como já disse, esta questão será ponderada em próxima reunião da Comissão Permanente e nessa altura poderemos, eventualmente, trazer à assembleia outro tipo de procedimentos.

Neste momento aquilo que considero é que o que for votado pela assembleia está legitimado e sobre isso não tenho quaisquer dúvidas.

João Viegas (CDS-PP) – Peço desculpa, mas é só para dar aqui um esclarecimento, esta moção foi apresentada e tem dois pontos deliberativos, a assembleia pode aceitar um deles e rejeitar o outro ou pode rejeitar na totalidade. Isto é claríssimo.

Também não é a primeira vez que nós fazemos isto, porque já solicitei à assembleia que pudéssemos votar ponto por ponto. Não é a primeira vez que fazemos isto e tem dois pontos deliberativos e não temos que concordar com os dois.

Foi colocada a votação, pelo Sr. Presidente da Mesa, a moção na sua globalidade que inclui os considerandos, todo o texto da moção e o primeiro ponto que a assembleia votou favoravelmente, que foi aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 18 da CDU e 1 do PAN, 12 votos contra, 9 do PS, 2 do BE e 1 do CDS-PP, e 5 abstenções, 4 do PPD/PSD e 1 de AC.

Vitor Rosa (BE) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ao ser retirado o segundo ponto nesta votação e a moção não ser votada na sua globalidade, obviamente que do ponto de vista político, ela sai desvirtuada, daí o voto contra do Bloco de Esquerda relativamente a esta moção.*

Não sei se será possível ou não, mas gostava que ela fosse votada com todos os pontos.”

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente de forma isolada o ponto número um, porque para a nossa bancada a autonomia do Poder Local é um ponto de honra e isso nunca poderá, nem nesta moção e nem em nenhuma outra, pôr em causa ou beliscar aquilo que é autonomia do Poder Local.*

Tendo em conta que os considerandos da própria moção vieram agarrados ao primeiro ponto, esses considerandos de forma alguma a bancada do Partido Socialista se revê neles pelos argumentos já sobejamente utilizados.”

Afonso Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU votou favoravelmente o ponto um e concordava, como foi referido, com os considerandos e não votámos favoravelmente o segundo ponto, porque como é sabido temos a opção tomada pelo campo de tiro de Alcochete.*

No entanto registamos que todo este imbróglio e todo este tempo que aqui se perdeu se deveu à flexibilidade desta assembleia na admissão desta moção e confrontada com a intransigência do Bloco de Esquerda em admitir que a votação dos pontos fosse feita em separado.”

Paulo Calado (PPD/PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Para dizer que nos abstivemos na votação global da moção, porque obviamente que concordamos que se deve respeitar a lei, o Poder Local, e que não se devem mudar as leis à medida das conveniências. As coisas têm que ser pensadas, estruturadas e planeadas, o que nos parece que não aconteceu nesta situação que agora estamos, no fundo, a assistir e à discussão que isto origina, não só aqui, mas fora daqui.*

Obviamente que nos abstivemos atendendo aos considerandos desta moção e foi essa apenas a razão pela qual nos abstivemos na globalidade.”

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos uma inscrição do Sr. Augusto Cruz (conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Augusto Cruz – Fez uma intervenção, conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata e acrescentou:

Ainda bem que a Sra. Presidente da Câmara está aqui, porque há anos que eu não vinha aqui e tinha que esclarecer as pessoas para que tivessem o devido conhecimento de que estou a ser vítima dos meus direitos através de uma senhora que planificou esta ação criminosa. Eu tenho os bens já alienados pela justiça e esta senhora quer deturpar o que está feito pela própria justiça.

Quero evitar mais problemas, não quero mais problemas e a senhora sabe os problemas que tenho com este tribunal à espera de uma auditoria, porque isto é uma vergonha. Espero não ter



que entrar em contato com o Tribunal Europeu de Bruxelas, porque isto é uma vergonha o que se está aqui a passar nesta Câmara.

Tenho os meus direitos e tenho aqui os papéis e vou entregar ao Sr. Presidente da Mesa e na quarta-feira entrego à Sra. Presidente da Câmara, porque não esperava que estivesse aqui.

Isto é uma vergonha! Foi já tutelado pelos jornais e pela justiça.

Esta senhora queria que eu assinasse isto e disse-lhe que não tinha confiança nela e quanto muito faço uma ressalva.

Depois disse-me que estava a falar alto e respondi-lhe que falava mediante os meus direitos constitucionais baseados no art.º 37 da Constituição, que é o que a maior parte das pessoas não sabem.

A Sra. Presidente já lida comigo há uma série de anos e sabe qual são as minhas circunstâncias, porque não tenho rabos de palha e nem telhados de vidro.

Agora vir uma senhora, que é empregada da câmara, frisar tudo ao contrário, mas que patifaria é esta?

Vim aqui precisamente para alertar, porque tinha que ter uma conversa consigo na próxima quarta-feira, porque esta senhora é demagoga demais.

Entrou na sala de sessões o Sr. Deputado Diamantino Estanislau, passando a fazer parte dos trabalhos.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades Anual - 2019

Este documento está registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Suzel Costa (PAN) – Quero chamar a atenção e que talvez me explicassem ou clarificassem algo que vejo aqui no relatório.

Em 2019 vejo que houve uma elevada percentagem dos resíduos que vão para aterro ou para incineração. Os resíduos sólidos urbanos representavam mais ou menos quase 67% dos resíduos. Houve um aumento de cerca de 2% face a 2018, que era de 65,3%. Estive a fazer os cálculos e corrijam-me se existir algum engano.

Indo, portanto, em contracorrente com a agenda de 2030, para o desenvolvimento sustentável e em particular com os objetivos 11.º e 12.º e as metas que temos até daqui apenas 10 anos, que era a de reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, com particular ênfase na qualidade do ar e na gestão dos resíduos municipais.

O que se observa é que Setúbal em vez de diminuir esta percentagem dos resíduos sólidos urbanos, aumentou face ao ano de 2018.

Além disso, também podemos inferir que a maioria dos resíduos foram para o aterro e apenas 6%, pelo menos dos cálculos que fiz com os dados que aqui estão, é que foram enviados para a reciclagem.

Houve de facto um aumento face a 2018, é certo, mas apenas de algumas casas decimais e longe, muito longe daquelas metas estabelecidas de 55% para 2025, que é já daqui a cinco anos ou de 60% em 2030.

Congratulamo-nos, é certo, pelo projeto piloto da recolha porta a porta dos resíduos orgânicos de origem doméstica, mas perguntamos para quando uma aposta na recolha porta a porta das embalagens de modo a aumentar a percentagem dos resíduos recicláveis que vão para aterro. Por outro lado, na página 12 do relatório, observamos um processo de locação financeira imobiliária referente à Praça de Touros. Gostaríamos que nos esclarecessem, uma vez que ainda não obtivemos esse esclarecimento, se a reabilitação da Praça de Touros irá ser colocada ao serviço da tauromaquia e se vamos voltar atrás nos avanços civilizacionais observados em Portugal e se vamos reabilitar um edifício para o manchar novamente de sangue e o encher de sofrimento e tortura dos seres sencientes.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Na sequência da intervenção que fiz no início relativamente à questão de mobilidade, apercebemo-nos que no relatório, na página 9, na parte relativamente aos acidentes, o número de atropelamentos rodoviários e colisões rodoviárias é superior em relação ao ano passado.

Queremos perguntar se há alguma razão para isto, se é um mero número estatístico, se tem que ver com alguma alteração no trânsito ou se puro e simplesmente é alheio a isso e se há alguma razão que possa explicar, de alguma forma, este aumento, porque é um aumento significativo. Refiro que no ano passado os atropelamentos foram 44 e este ano são 55 e as colisões rodoviárias passaram de 166 para 184 este ano.

Vereadora Carla Guerreiro – Relativamente à questão de resíduos, é verdade. Tem havido, depois dos tempos de crise que tivemos, um decréscimo nos resíduos na sua totalidade, temos vindo a ter todos os anos sucessivamente um aumento dos resíduos sólidos urbanos, em particular com um agravamento muito grande naquilo que são chamados monos ou monstros. Essa tem sido realmente uma franja em relação aos resíduos que tem aumentado muito. Julgamos que também tem muito a ver com características do nosso concelho de acolher muitos alojamentos locais, a existirem muitas remodelações, o que faz com as pessoas tenham vindo a desfazer-se de muito móveis, de muitos sanitários e de muitas outras coisas que, infelizmente, tem vindo a engrossar aqui as fileiras dos monos.

Relativamente aos resíduos sólidos urbanos que não são monos, mais ou menos o valor é o mesmo.

Registamos, também, um acréscimo nos valores da reciclagem, nomeadamente do cartão, as embalagens estão mais ou menos na mesma e também um pequeno acréscimo relativamente ao vidro.

Mas, como dizia a deputada Suzel, é realmente muito, muito insuficiente, porque aquilo que está no PERSUL e que as metas, com estes números e com estes valores, e eles não são só do concelho de Setúbal, são a nível nacional, vai ser muito difícil atingir os objetivos da União Europeia.

Contudo, quero dizer que devido à nossa iniciativa de recolha dos orgânicos, que estamos em fase de preparação da implementação da candidatura, também a AMARSUL fez uma candidatura para fazer recolha porta a porta nos mesmos locais onde a câmara vai fazer a recolha de orgânicos. Foi aprovada pelo POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos) para a AMARSUL a recolha de cartão e a recolha de embalagens porta a porta para as mesmas zonas de Azeitão e da Gâmbia onde vai ser feita também a nossa recolha de orgânicos.

Pensamos que é um passo muito positivo, uma vez que também estamos de acordo que estes modelos de contentorização estão muito ultrapassados, e embora se tenha verificado, com este

acréscimo de contentores da AMARSUL, também um acréscimo nos materiais recicláveis, achamos que esta solução não é a mais vantajosa, nem em termos de recolha, nem em termos de imagem urbana e que temos que seguir para políticas de maior proximidade com as pessoas no sentido da reciclagem.

Só fazendo reciclagem e apostando, anteriormente antes da reciclagem, na reutilização é que vamos conseguir de certeza, e também desviando do aterro os orgânicos que se estima que serão mais ou menos 40% hoje daquilo que compõe o indiferenciado, só assim é que poderemos ter condições para conseguirmos inverter esta tendência. Até porque sabemos todos que a questão dos aterros não está de maneira nenhuma resolvida, que está na ordem do dia e que qualquer dia não chega o que temos e que as soluções que existem são, de certeza absoluta, finitas.

A nossa preocupação com esta matéria também é muito grande.

Presidente da Câmara – Senhora deputada, em relação à questão da Praça de Touros, o que está aqui descrito julgo que se refere a algumas obras que têm que ser feitas agora para permitir a abertura e a utilização da Praça de Touros para as Marchas Populares.

Todos os anos temos que dar algum acompanhamento, algum toque, quer em equipamentos, quer em pequenas melhorias. A obra maior está a ser preparada, está a ser preparado um grande um projeto de fecho da Praça para atividades culturais e desportivas e entre as atividades culturais também cabe as corridas de touros à portuguesa.

Temos que respeitar quem gosta e respeitar quem não gosta. Há pessoas que se calhar não gostam de teatro, mas pode lá ser utilizado o teatro, pode lá haver música e se calhar também há pessoas que não gostam de música. Aquela Praça será do Município, será para todos e para respeitar os gostos de todos, quem não quer não vai à tourada, quem quer vai à tourada e etc, etc. Não se vão ali matar touros, mas respeitamos a opinião de todos e as diferenças de todos.

Em relação ao que foi colocado pelo Sr. deputado municipal Paulo Calado, julgo que não temos nenhum registo especial do aumento, achamos que isso tem que ver com o maior número de veículos que circulam hoje na cidade. Aos fins-de-semana é uma loucura completa e não se consegue chegar quase à Av. Luísa Todi e nem da Av. Luísa Todi para baixo, e à Av. General Daniel de Sousa e à Av. Antero de Quental. Julgamos que terá que ver mais com esse facto.

Pedro Antunes (PPD/PSD) – Ia aproveitar a intervenção da Sra. Vereadora do Ambiente, até para colocar uma questão relativamente à recolha e transportes de resíduos sólidos.

Relativamente a esse contrato feito com a RODOLIXO – Gestão de Resíduos, Lda. questionar se também está nesta contratualização a higienização dos contentores semienterrados, porque é uma preocupação que foi apresentada, não só pela população, mas principalmente pelos trabalhadores que lidam com aquele tipo de equipamento, os quais dizem que atualmente ainda não foram, não têm sido, não se procede à higienização, nem à troca daqueles sacos por outros e que aquilo pode pôr em questão até a saúde dos próprios trabalhadores e a saúde pública.

Perguntar também se esta gestão de resíduos põe ou não em causa tudo isto e quem é que está a fazer a higienização dos contentores exteriores, ou seja aqueles que não estão enterrados.

Não sei se a RODOLIXO é que vende também os equipamentos dos enterrados, mas temos reparado, quando andamos pela cidade, que a opção que foi tomada em termos estéticos é muito bonita, principalmente no centro da cidade e nas zonas da restauração, mas reparamos que infelizmente, não sei se por má utilização dos utentes dos estabelecimentos de restauração



ou não, mas há uma grande dificuldade em colocar o lixo dentro desses contentores enterrados, sendo que principalmente ao fim-de-semana ficam cheios de sacos e de caixas à sua volta, etc.

Vereadora Carla Guerreiro – Quando o deputado municipal se refere aos trabalhadores que têm mal-estar em recolher os contentores enterrados, julgo que deve haver aí alguma confusão, porque temos uma prestação de serviços, fizemos um concurso público e julgo que desde outubro que está a operar a empresa RODOLIXO, a qual está a fazer a recolha de todos os contentores enterrados e semienterrados do nosso concelho, com exceção, por enquanto, dos contentores de Azeitão, porque estamos ainda numa fase de colocação de contentores enterrados em Azeitão e por isso ainda não adicionamos a este contrato.

Foi a empresa RODOLIXO que ganhou o concurso público e que está a fazer por um período de 18 meses a recolha de todos os contentores enterrados e semienterrados.

Também a RODOLIXO ganhou um outro procedimento de concurso público de lavagem para contentores enterrados e semienterrados e para lavagem de contentores de superfície.

Toda essa articulação é feita por eles.

O contrato de recolha é independente do outro contrato, foi um acaso em que esta empresa acabou por ganhar os dois concursos públicos, mas como é a câmara que detém a recolha dos contentores de 800 litros, nós articulamos com a empresa a lavagem dos contentores de superfície. Normalmente é feito um circuito próprio para essa lavagem.

Nós temos uma bolsa de lavagens e vamos pedindo em função dos circuitos que vamos fazendo ou de alguma necessidade extrema. Sabemos que há zonas, por causa da restauração ou por causa da proximidade com o Mercado ou com a Lota, que têm que ser feitas mais vezes e temos estado a ter esse cuidado.

Há zonas na nossa cidade que ainda não foram feitas e vão ser, mas ainda não foram, porque eles estão a operar em horas em que não podemos parar o trânsito para fazer lavagem de contentores.

Estamos a escolher a melhor opção que pode passar por levarem os que estão sujos e os lavarem em estaleiro e repô-los limpos e aí não atrapalha ninguém ou teremos que fazer então aquela lavagem mesmo já em altas horas, porque na Rua Almeida Garrett basta vir o camião do lixo ou o camião da AMARSUL que aquilo fica parado durante cinco ou dez minutos e não queremos empatar o trânsito.

Neste momento estamos em Azeitão a fazer lavagem de contentores de 800 litros e vamos regressar ao Bairro Salgado, zona que tem as ruas mais estreitas e de sentido único para terminarmos a primeira fase de lavagem.

Isto agora vai entrar aqui na rotina normal, porque efetivamente a câmara estava a fazer a lavagem de contentores, mas optamos por esta situação, porque são muitos e muitos contentores e não estávamos a conseguir fazer o serviço com a qualidade que desejávamos e assim desta maneira julgamos estar a dar uma melhor resposta.

Relativamente a essa questão, às vezes, eles são os próprios a ter conhecimento dos contentores que estão, no caso dos enterrados, com mais problemas.

Os moloks têm uma particularidade, têm dois sacos, um definitivo e outro que se recolhe com mais regularidade. Alguns que, pelo tempo que já têm, têm mesmo que ser substituído os antigos e há outros que basta só substituir aqueles que são mais descartáveis, no fundo é isso.

Os outros que são enterrados não têm saco, é feita a lavagem da cuba e aquilo é de material metálico. Está a ser acompanhado e há sítios que se justificam que se vá lá mais vezes do que outros, mas tentamos fazer esse acompanhamento.

Relativamente ao pavimento, ele também é lavado à volta e não é só lavado quando é feito o interior, temos um carrinho, que é o nosso 26 e que é elétrico, que faz a lavagem sistemática à volta dos contentores, especialmente na zona ribeirinha e na Av. Luísa Todi por causa dos restaurantes.

Em relação aos restaurantes quero dizer que temos um projeto de implementação dos orgânicos também para os restaurantes e pensamos que quando estiver implementado grande parte dos desperdícios irão para os orgânicos e não irão para os contentores. É verdade que, como os operadores de restaurantes usam sacos muito, muito grandes, eles ficam, às vezes, presos e julgamos que o contentor está cheio e não está e depois ele é desentupido e afinal ainda tem muito espaço.

Relativamente à zona ribeirinha estamos, também, a pensar numa solução para as caixas de esferovite, porque eles não as conseguem pôr nos ecopontos e também não é admissível que vá para o lixo comum até porque depois entope as bocas. Estamos a pensar numa solução para as esferovites e para as cinzas também, que é outro problema que existe na zona ribeirinha.

2. Deliberação n.º 40/20 – Proposta n.º 16/2020 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2020

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com 4 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 3 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Nuno Lopes (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com 3 votos a favor da CDU e 5 abstenções, 2 do PS, 1 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Suzel Costa (PAN) – Tenho algumas dúvidas que não vi esclarecidas em sede de comissão e gostava de as ver esclarecidas.

O PAN não vai votar a favor deste regulamento, apesar de se congratular com um serviço de primeiros socorros, por exemplo, prestado a animais e um ato humano de compaixão e socorro aos animais atropelados e feridos na via pública que antes agonizavam em grande sofrimento, não pode, no entanto, ignorar o regime geral das taxas das Autarquias Locais e nomeadamente a Lei 53/2016. De facto, no artigo 6.º refere a tipologia dos serviços prestados pela autarquia e sobre a qual a lei permite que as Autarquias Locais possam cobrar uma taxa municipal.

Na nossa leitura e podemos estar enganados, mas como não sabemos nada sobre esta taxa, não nos parece que este tipo de serviço, esta prestação de socorros a animais doentes, feridos ou em perigo esteja no âmbito dos serviços aos quais o município deve cobrar uma taxa.

Não obstante a alínea f) do referido artigo, menciona a cobrança da taxa pela prestação de serviços, por exemplo, no domínio da prevenção de riscos ou da proteção civil, não nos afigura que o socorro a animais esteja neste perímetro de funções.

Persistindo ainda, nesta noite e neste momento, algumas dúvidas legais a respeito destas e das outras novas taxas, por um lado falta-nos a fundamentação teórica ou financeira da mesma e que neste regulamento refere que está em anexo, mas não o encontrei aqui, também o posso ter perdido, e não o consigo aceder no local de trabalho, à extranet, não me permite esse acesso, por isso não consegui ler a fundamentação teórica disto. Também não sei a indicação da base das incidências objetivas e subjetivas, não tenho o valor ou a forma de cálculo do valor destas novas taxas a cobrar.

As isenções, por exemplo, de socorro a animal, como é que é? Com detentor, sem detentor? Ou se for feito por uma entidade coletiva? Como se pode ler também no artigo 8 da lei 53-E/2006, do regime geral das autarquias locais, isto é necessário para a aprovação destas novas taxas.

Pedro Antunes (PPD/PSD) – Relativamente aqui ao pagamento no Parque da Bela Vista, vem no Regulamento de Taxas ser cobrado a utilização do Polidesportivo do Futebol e do Basquete. É um valor baixo, mas julgo que deveriam proceder à reparação daqueles polidesportivos. Não sei se os senhores lá têm passado, mas sou utilizador quase diário daquele parque.

Antes de vir aqui, se calhar, até deveria vir uma adenda a dizer que não é cobrado ou que não irá ser cobrado nunca, porque julgo que enquanto não houver condições e aquilo não estiver reparado, até fica mal vir na tabela um valor para se pedir, visto que aquilo não tem redes, já não tem árvores, as balizas já caíram e julgo que se deveria rever esta situação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 1 voto contra do PAN e 16 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

3. Deliberação n.º 416/19 – Proposta n.º 75/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita na Rua Abel Viana, em Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Jerónimo Lopes (CDU) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, 1 PPD/PSD e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20. Relativamente a este ponto, voltou a ser referido a ausência repetida de informação necessária, nomeadamente a planta de localização do terreno e relatório de avaliação, tendo o presidente da comissão assumido diligenciar para que as mesmas fossem remetidas aos eleitos até ao início da sessão. O que que aconteceu e também agradecemos a diligência dos serviços, porque no dia seguinte a termos feito a comunicação procederam de imediato ao envio para todos os deputados.

Antonieta Santos (CDU) – Também na Comissão de Economia, Administração e Finanças esta situação aconteceu e daí também os meus agradecimentos.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e uma abstenção do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

4. Deliberação n.º 22/20 – Proposta n.º 01/2020 – GAF – Adenda à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião “aquisição de massas asfálticas”

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

5. Deliberação n.º 21/20 – Proposta n.º 03/2020 – DRH/DIGAT – 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e uma abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

6. Deliberação n.º 45/19 – Proposta n.º 02/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União de Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião – Transferências de verbas

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Os elementos da comissão apontaram deficiências na apresentação da proposta para deliberação. Foi sugerido pelos deputados que constituem a Comissão, para que se faça um esforço na melhoria da fundamentação das propostas apresentadas.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.



7. Deliberação n.º 46/20 – Proposta n.º 03/2020 – GAF – Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia do Sado

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

8. Deliberação n.º 47/20 – proposta n.º 04/2020 – GAF – Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e as Freguesias do Concelho

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

9. Deliberação n.º 48/20 – Proposta n.º 05/2020 – GAF – Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

10. Deliberação n.º 49/20 – Proposta n.º 06/2020 – Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a Freguesia de S. Sebastião, a Freguesia do Sado e a União das Freguesias de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

11. Deliberação n.º 63/20 – Proposta n.º 13/2020 – DAF – SETGÁS – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, SA. – Alienação da Participação do Município de Setúbal

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e uma abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Paulo Calado (PPD/PSD) – Perguntar qual é a razão pela qual vamos alienar a participação desta sociedade.

Vereadora Carla Guerreiro – Efetivamente o Município tem uma participação já de alguns anos no capital social da SETGÁS, mas é algo muito residual, detemos 0,06% do capital total. Participamos sempre nas assembleias gerais da empresa e foi-nos perguntado se teríamos algum impedimento em podermos alienar o nosso capital social, uma vez que mais nenhum município tem uma participação como a nossa e que em termos das nossas competências não são propriamente aquelas que têm a ver com a gestão de uma empresa com aquelas características.

Os senhores fizeram-nos uma proposta, nós apreciámos e achámos que a mesma era justa e que ia ao encontro daquilo que era melhor para as duas partes e foi essa a decisão que tomámos.

Não será por causa disto, como foi colocado na reunião de câmara, que não vamos dar atenção àquilo que são as infraestruturas, nem aos operadores nesta área, porque não é isto que acontece. Não há mais nenhum município aqui no distrito de Setúbal que tenha uma participação deste tipo.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

12. Deliberação n.º 65/20 – proposta n.º 17/2020 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Orçamento da Receita e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 5 votos a favor, 4 da CDU e 1 de AC, e 3 abstenções, 1 do PS, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Afonso Luz (CDU) – Só para pedir a correção de um lapso de redação aqui na proposta. É que toda a proposta se refere a uma alteração modificativa, mas na primeira linha do penúltimo parágrafo aparece a referência à “aprovação da presente alteração orçamental permutativa” que é outra figura. Este “permutativa” foi lapso certamente e deverá ser entendido como “modificativa”.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção que esta é uma questão que também deveria, certamente, e foi considerada na reunião da Câmara Municipal.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, e 17 abstenções, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

13. Deliberação n.º 91/20 – Proposta n.º 18/2020 – DAF/DICOR – Empréstimo Médio/Longo Prazo – Linha Bei (Terminal Interface Setúbal) – Pedido de Autorização de Contratação de Empréstimo

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 4 da CDU, 1 do PS e 1 de AC, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 1 do PAN e 1 de AC, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e dez minutos do dia vinte e oito de fevereiro, de dois mil e vinte.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de sete de maio, de dois mil e vinte, contém quarenta e sete folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa

André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa

Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária

Yolande Paule Juliette Cloëtens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vitor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa